

MARCIA APARECIDA DE LIMA VIEIRA

**Mulheres na Medicina: Construindo Espaços na São  
Paulo do Início do Século XX**

**Itatiba  
2006**

**MARCIA APARECIDA DE LIMA VIEIRA**

**Mulheres na Medicina: Construindo Espaços na São Paulo do  
Início do Século XX**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação, na linha de pesquisa em História, Historiografia e Idéias Educacionais do Programa de Mestrado em Educação da Universidade São Francisco sob orientação da Profa. Dra. Maria Gabriela S.M.C. Marinho

**Itatiba  
2006**

37(81)(091) Vieira, Marcia Aparecida de Lima.  
V716m Mulheres na medicina : construindo espaços na São Paulo do século XX / Marcia Aparecida de Lima Vieira. -- Itatiba, 2006.  
102 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Scriptu-Sensu em Educação da Universidade São Francisco.  
Orientação de: Maria Gabriela S. M. C. Marinho.

1. Mulheres e ensino médico. 2. Gênero e ciência.  
3. Ensino superior em São Paulo. I. Marinho, Maria Gabriela S. M. C. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelas Bibliotecárias do Setor de Processamento Técnico da Universidade São Francisco.


VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima. "**Mulheres na medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX**". Dissertação defendida e aprovada no programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em trinta de junho de 2006 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



Profa. Dra. Maria Gabriela Silva Martins da Cunha Marinho  
Orientadora e Presidente.



Profa. Dra. Maria Lúcia Mott  
Examinadora.



Profa. Dra. Maria Ângela Borges Salvadori  
Examinadora.

Ao meu pai.

Que me presenteou com meu primeiro livro;

Por me incentivar ao hábito da leitura;

Que me ensinou que o conhecimento é a maior  
riqueza que alguém pode ter na vida.

Amo você meu pai.

## **AGRADECIMENTOS:**

Ao meu marido, pelo amor, pelo apoio incondicional, pelo incentivo desde a época em que foi meu professor na graduação; por cuidar de nossos filhos enquanto me dediquei a este trabalho; te amo muito.

Aos meus filhos Tiago e Olívia, pelas ausências e pelas vezes que fiquei trancada em meu quarto me dedicando aos estudos e não pude estar com vocês, meu amor mais profundo.

À professora Maria Gabriela S.M.C. Marinho, pela orientação carinhosa e competente e os muitos ensinamentos que foram além das aulas.

Às Profs. Maria Lucia Mott e Maria Ângela Salvadori pela participação na Banca e pelas valiosas colaborações para essa dissertação.

À Jandira do Amaral que me recebeu carinhosamente e que muito contribuiu com informações e documentação sobre sua mãe Jandyra Planet do Amaral.

À amiga Valdirene, minha companheira nesta trajetória desde o início quando na escola, juntas, acreditamos em uma educação de qualidade, soubemos da possibilidade de conseguirmos uma bolsa de estudos para fazer o Mestrado. Foram muitas idas a São Paulo para pesquisas, viagens para seminários e congressos e muitas conversas. Teria sido muito difícil sem a sua presença e companheirismo.

À amiga Daniela, junto com a Valdirene formamos um trio muito unido e identificado durante as aulas e amigas para sempre .

Aos meus familiares e amigos pelo apoio e incentivo durante todo o percurso deste trabalho.

À Secretaria de Estado da Educação de São Paulo pela Bolsa-Mestrado sem a qual não teria condições de custear meus estudos.

**VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima Vieira. Mulheres na Medicina: Construindo Espaços na São Paulo do Início do Século XX**

**RESUMO:** Esta pesquisa analisou a participação das mulheres no ensino médico suas possibilidades, perspectivas e expectativas de inserção no mundo da ciência. Buscou compreender as relações que se constituíram no ambiente cultural e científico de São Paulo a partir de uma análise de gênero que ressaltou o papel que essas mulheres ocuparam dentro de uma sociedade em transformação em que novos hábitos e costumes se implementaram. O levantamento foi realizado a partir de duas instituições de ensino médico de São Paulo no início do século XX: a Universidade Livre de São Paulo e a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE:

MULHERES e ENSINO MÉDICO; GÊNERO E CIÊNCIA; ENSINO SUPERIOR EM SÃO PAULO



# SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	09
-----------------	----

## CAPÍTULO I

### MULHERES, MEDICINA E CIÊNCIA NA SÃO PAULO DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

1.1 São Paulo nas Primeiras Décadas do Século XX.....	16
1.2 A Higienização da Sociedade Paulistana.....	20
1.3 As Mulheres e o Ensino Superior.....	22
1.4 Movimentos Feministas no Brasil.....	23
1.5 A Luta Pelo Acesso ao Ensino Superior.....	31

## CAPÍTULO II

### A PRESENÇA FEMININA NAS PRIMEIRAS FACULDADES DE MEDICINA EM SÃO PAULO

2.1 Histórico da Universidade Livre de São Paulo.....	38
2.2 Primeiro Estatuto da Universidade Livre de São Paulo.....	45
2.3 As Mulheres na Universidade Livre de São Paulo.....	46
2.4 O Fim da Trajetória da Universidade Livre de São Paulo.....	50
2.5 Breve Histórico Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.....	55
2.6 A Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina e Cirurgia.....	64

## CAPÍTULO III

### AS TRAJETÓRIAS DE MULHERES MÉDICAS EM SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

3.1 Mulheres Médicas no Início do Século XX.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95

**VIEIRA, Márcia Aparecida de Lima, Women in Medicine: Constructing Spaces in São Paulo of the XX Century**

**SUMMARY:** This research analyzed women's participation in medical teaching, its possibilities, perspectives and expectations of insertion in the science world. It tried to understand the relations that were built in the cultural and scientific environment of São Paulo starting from a general analysis that pointed out a role that these women occupied in a society in transformation in new habits and customs implanted. The survey was done by two medical institutions in São Paulo at the beginning of the XX Century. The Universidade Livre de São Paulo and the Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

**KEY WORDS:**

WOMEN AND MEDICAL TEACHING; TYPES AND SCIENCE; COLLEGE DEGREE IN SÃO PAULO.

## INTRODUÇÃO

Ao observar o ambiente científico e cultural vivenciado pelas mulheres nas primeiras décadas do século XX podemos perceber que suas inserções nestes campos foram bastante significativas e que, apesar de não se constituírem um grupo numeroso, foram importantes dentro do contexto histórico em transformação da época. Sempre me interessei pelo estudo de gênero, principalmente no que se refere à participação e organizações de mulheres a partir da década de 1910, o que me levou a pesquisar as diversas abordagens que elas construíram a partir de suas inserções no ensino superior.<sup>1</sup>

Nesse ambiente de transformação social o número de mulheres que buscavam o ensino superior crescia. Mais especificamente no campo científico a procura por instituições de ensino médico tornou-se uma opção atraente no contexto em que seus papéis, estavam se diferenciando e sendo redefinidos.

Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira estava se modernizando, o processo de industrialização gerava em São Paulo uma urbanização surpreendente. Esse clima de mudanças foi favorável ao surgimento de movimentos feministas organizados e atuantes, que focavam prioritariamente os direitos políticos até então negados às mulheres. Nesse

---

<sup>1</sup> Entrei para o Mestrado em Educação da Universidade São Francisco (USF) na linha de História e Historiografia da Educação Brasileira em 2004. Como funcionária efetiva da Secretaria de Estado da Educação desde o ano de 2000 atuo como professora de História na E.E. Profa. Maria José Moraes Salles e faço parte do programa Bolsa Mestrado da **Secretaria de Estado da Educação de São Paulo**. O Bolsa-Mestrado ampara-se no Decreto 48.298, de 3 de dezembro de 2003 e na Resolução SE 131, de 14 de dezembro de 2003 e Resolução SE 105, de 1 de dezembro de 2004. Segundo a legislação o integrante do Quadro do Magistério poderá optar por um dos seguintes incentivos: ajuda financeira de R\$ 720,00 mensais ou designação, sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo junto à Diretoria de Ensino por 40 horas semanais, ficando liberado do cumprimento de 16 horas semanais. Para pleitear a Bolsa-Mestrado, o pretendente deve comprovar que foi admitido no curso de mestrado ou doutorado reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na área inerente à disciplina do cargo exercido ou na área da educação e firmar compromisso de que permanecerá no magistério público estadual, após a conclusão do curso, pelo prazo de dois anos. Foram oferecidas 1.437 bolsas disponíveis nos anos de 2004 e 2005. CF. **CENP**- Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas in [WWW.educacao.gov.sp.com](http://WWW.educacao.gov.sp.com), acesso em 15 de agosto de 2005.

contexto, a Medicina era um campo de atuação que se renovava em várias frentes, inclusive com a participação feminina.

Para compreender a inserção da mulher na medicina trabalhei com duas instituições: a Escola de Medicina e Cirurgia da então Universidade Livre de São Paulo, entidade particular implantada em 1911, que teve curta duração e sobre a qual existem pouquíssimas informações na literatura<sup>2</sup> e a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, instituição oficial cuja primeira turma ingressou em 1913.

O primeiro acervo consultado foi o Arquivo do Estado de São Paulo onde encontrei várias caixas relativas à Escola de Medicina da denominada Universidade Livre de São Paulo. É significativo ressaltar que nos registros de consulta para pesquisadores do Arquivo consta que essa documentação é da Universidade de São Paulo e somente após abrir a primeira caixa e observar os primeiros documentos percebi que se tratava de uma outra entidade, particular, e que não tinha nenhuma ligação com a Faculdade de Medicina oficial de 1934 incorporada à Universidade de São Paulo (USP) então criada.

Nas 36 caixas pesquisadas existem requerimentos de matrícula, atestados de saúde e de boa conduta moral, certificados de conclusão de ensino secundário, recibos de taxas pagas, provas escritas, regimento interno da Escola, documentos oficiais de consultas da reitoria ao Conselho de Educação e a um jurista da época, Spencer Vampré, sobre a recusa do órgão governamental em regularizar a situação legal da Universidade; atas de matrícula e estatutos da instituição.

Dessa documentação, separei material relativo a mulheres que requisitaram matrícula no curso de medicina da instituição. Entre elas:

---

<sup>2</sup> Poucos são os registros existentes sobre essa Universidade privada e as causas de sua curta duração (1911-1917). Ver CUNHA, Luiz Antonio. A Universidade Temporã – Da Colônia à Era de Vargas. Francisco Alves: Rio de Janeiro.

Maria Rosa Ribeiro, Augusta Piedade, Amélia Pacheco, Odette Nóra, Azalia Machado, Carmella Juliani, Adelina de Oliveira e Mariângela Matarazzo.

Pelas pesquisas realizadas, destas mulheres apenas três se graduaram em Medicina: Odette dos Santos Nóra, que frequentou o Curso Preliminar em 1912 e pediu seus documentos em fevereiro de 1913 para matricular-se na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em sua primeira turma, graduando-se em 1918; Amélia Pacheco, que requereu sua matrícula em 1917 e não chegou a terminar o primeiro ano, transferindo-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1918 e de lá para a Faculdade de São Paulo, em 1920, onde se graduou. E Mariângela Matarazzo que cursou de 1912 até o 5º ano nesta entidade, e depois transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde terminou o curso.

No acervo do Arquivo do Estado selecionei alguns artigos da *Revista Feminina*, periódico mensal que circulou nas primeiras décadas do século XX. Direcionada ao público feminino, a revista trazia variados artigos sobre a luta pelo voto feminino no Brasil, no exterior, informações sobre moda e culinária (havia uma coluna fixa chamada “O Menu do Meu Marido”), propagandas de cosméticos, lojas de artigos femininos. Analisando esse periódico percebe-se o caráter conservador, embora contraditório, seus textos motivavam a mulher a manter o papel de “mãe e esposa” habilmente. Alguns artigos e reportagens sobre os direitos da mulher se limitavam ao sufrágio feminino ou à educação. Em algumas edições encontrei artigos defendendo a participação feminina no ensino superior<sup>3</sup>, como e sua inserção no mercado de trabalho. O interessante é que havia na mesma edição de janeiro de 1921, artigos sobre os movimentos feministas e outros em se listavam orientações para o bom

---

<sup>3</sup> **A Mulher e o Ensino Superior e Sobre a Educação Feminina.** *Revista Feminina*, janeiro de 1921.

desempenho de uma dona-de-casa. Foram analisadas as edições de 1918 à 1928<sup>4</sup>.

No Centro de Memória da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) pesquisei as revistas Gazeta Clínica de 1904 e Revista Médica de São Paulo. Foram consultadas as edições de 1918 a 1930 da Gazeta e 1920 a 1922 da Revista Médica, mas não encontrei artigo ou propaganda de mulheres médicas.

Na Faculdade de Medicina (FMUSP) – Universidade de São Paulo fiz diversas consultas ao acervo do Museu Prof. Carlos da Silva Lacaz. A primeira turma de medicina da Faculdade graduou-se em 1918 com apenas duas mulheres: Odette Nóra Azevedo e Delia Ferraz Fávero. Ambas se casaram com colegas de turma: a primeira com Altino Augusto de Azevedo Antunes e a segunda com Flamínio Fávero. Segundo a coordenadora do Museu, Berta Ricardo de Mazzieri, ambas teriam apenas se diplomado e não exerceram a profissão. Documentação encontrada no Museu da Faculdade mostra que Odette Azevedo foi voluntária na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo consultei a Santa Casa, mas a instituição não mantém registros dos voluntários que nela atuaram, de acordo com informações obtidas na Diretoria Clínica.

O Museu da Faculdade de Medicina não disponibilizou muito material sobre a temática pesquisada, apenas algumas fotos das turmas do período e teses defendidas pelas duas primeiras formandas. Para conseguir mais documentação, enviei ofício ao diretor da Faculdade Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri. O ofício foi encaminhado à Assessoria Acadêmica que disponibilizou os históricos escolares das mulheres que se formaram na instituição de 1918 a 1931.

---

<sup>4</sup> Nas edições mensais da Revista Feminina entre 1918 e 1928 haviam colunas fixas como O Menu do Meu Marido e Moda.

Os históricos revelaram que a maioria das alunas do curso de Medicina, no período, tinha se formado no curso Normal: Odette Nóra de Azevedo Antunes; Delia Ferraz Fávero; Carmen Escobar Pires; Amélia Pacheco; Margarida de Camargo Barros; Diva de Andrade; Estellita Ribas; Leonor Sanches Louzada; Ophelia dos Santos; Maria das Dores Xavier de Campos; Elza Rejane de Aguiar e Jandyra Planet do Amaral.

Pesquisar a trajetória dessas médicas foi um trabalho bastante complexo pois maioria das instituições hospitalares consultadas não mantêm registros sobre sua atuação e muitas atuaram como voluntárias.

Contatei a partir do seminário sobre Memória e Saúde na Unicamp em junho de 2005, a filha de Jandyra Planet do Amaral que está atualmente com 100 anos. Sua filha Jandira Amaral me recebeu em fevereiro deste ano e forneceu alguns documentos sobre a atuação profissional da mãe além de relatar algumas histórias que transcrevo na dissertação. Jandyra trabalhou por 45 anos no Instituto Butantan. Foi a primeira médica da instituição e alcançou o posto de Diretora Geral, aposentando-se aos 70 anos, em 1976.

A trajetória de Jandyra indica que a partir da década de 1930 houve uma abertura maior para a participação da mulher não só no campo científico, mas no mercado de trabalho. As conquistas dos movimentos feministas, principalmente o direito de voto em 1932, possibilitaram uma maior inserção da mulher no ensino superior e sua profissionalização efetiva em áreas antes eminentemente masculinas. Isto não significou que as dificuldades e discriminações terminaram, mas há uma transformação no papel feminino que vai se delineando de forma mais perceptível a partir desse momento.

No Instituto Butantan consegui algum material sobre Jandyra Planet do Amaral e de uma assistente Maria Brasil Esteves que formou-se em medicina nos anos 1950 e foi a segunda médica a trabalhar no Instituto.

É importante insistir sobre a dificuldade de se encontrar material e bibliografia acerca da inserção feminina no campo médico nas primeiras décadas do século XX. A literatura sobre o tema é escassa e mesmo em relação ao ensino superior não existem autores que trabalharam a questão de gênero nesse período.

Nos acervos pesquisados pouco encontrei sobre a atuação profissional dessas mulheres, mas eles revelaram a existência de documentos que suscitam questões que podem vir a ser contempladas e perseguidas. Procurei fazer uma primeira sistematização e mapeamento do tema e percebo que há possibilidade para continuidade das pesquisas.

Na medida do possível, procurei identificar o ingresso, a conclusão e a profissionalização das primeiras mulheres. Elaborei dois quadros para esta análise. O primeiro relaciona mulheres que ingressaram no curso médico da então Universidade Livre de São Paulo, que teve suas atividades encerradas em 1917 e que não chegou a graduar turma em Medicina. O segundo refere-se à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e cobre da primeira turma em 1918 até 1931. Procurei cruzar os dados entre as duas instituições e identificar as trajetórias dessas mulheres.

A compreensão dessas inserções me permite sustentar o argumento de que elas foram inovadoras no contexto em que viveram e ao mesmo tempo mantiveram seus papéis de “mãe e esposa” preservados em sua vida pessoal. Em alguns casos podem ter questionado sua condição, mas não há registros de engajamento em movimentos específicos na sociedade paulistana da época.

O trabalho está estruturado em três capítulos: o primeiro propõe uma breve revisão bibliográfica sobre autores que trabalham com estudos de gênero e inserção feminina no ensino superior. Faço referências ao ambiente cultural e científico que as mulheres vivenciaram,



problematizando a participação dessas profissionais em um contexto eminentemente masculinizado, suas lutas em busca de reconhecimento como cidadãs e espaço de atuação no mercado de trabalho.

O segundo capítulo contém um histórico sobre as entidades pesquisadas: a Universidade Livre de São Paulo, desde sua instalação em 1911 e o término de suas atividades em 1917. E a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo com sua primeira turma em 1913 depois integrada à Universidade de São Paulo em 1934, quando de sua criação.

No terceiro capítulo, abordo as trajetórias de algumas mulheres médicas da época: atuação profissional e referências biográficas, com ênfase para a carreira de Jandyra Planet do Amaral cuja pesquisa pôde ser mais aprofundada em razão das informações obtidas junto à família e pela documentação de seu acervo pessoal.

Nas considerações finais encontram-se observações sobre as contradições levantadas e a importância da atuação dessas mulheres na medicina nos primeiros anos do século XX em São Paulo. Procurei analisar a convergência e a articulação de questões que não têm sido tratadas de forma sistemática pela literatura em relação à participação feminina nas carreiras de nível superior no início do século XX em São Paulo.

# **CAPÍTULO I**

## **MULHERES, MEDICINA E CIÊNCIA NA SÃO PAULO DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Neste primeiro capítulo procuro tratar questões relacionadas à inserção social das mulheres no ensino superior e no campo científico. Para tanto, problematizo as relações que se formaram em torno da produção do conhecimento e da implantação de instituições de ensino superior na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Inicialmente trato das condições urbanas da cidade no período contextualizando as questões socioeconômicas que influenciaram as relações entre as mulheres e o campo médico. Para uma abordagem mais consistente, procurei desenvolver também uma revisão da bibliografia existente sobre a inserção da mulher no ensino superior, na ciência e nas lutas por reivindicações civis, políticas e de ampliação de seu papel na sociedade na época.

Para compreender as relações entre as mulheres e a medicina é necessário propor algumas questões sobre o processo de expansão da cidade de São Paulo e a renovação intelectual que ocorreu no período em discussão.

### **1.1. São Paulo nas primeiras décadas do século XX**

O processo de intensa urbanização da cidade de São Paulo se inicia nas décadas finais do século XIX, com o impacto da imigração e da expansão da economia cafeeira. Nesse período, os cafeicultores paulistas já se preparavam para a mudança no sistema de trabalho, pois a partir de 1870, aproximadamente, intensifica-se o processo que iria culminar com a abolição da escravatura em 1888. Fazendeiros paulistas, principalmente, do

chamado “oeste paulista”, contratavam imigrantes europeus que instalavam no interior para o trabalho na cafeicultura.

O café estava em alta e parte dos produtores passou a investir seus lucros em atividades na cidade. A urbanização se expandiu e o crescimento demográfico também, estrangulando a estrutura urbana existente, incapaz de se adequar a esse processo de transformações. Os problemas sociais cresceram vertiginosamente assim como as dificuldades em geri-los.

As mudanças também eram vistas nas edificações. Com uma população que cresceu cinco vezes de 1886 a 1900, velhos prédios foram derrubados para dar lugar a novos. A cidade estava crescendo em perímetro, porém a parte central sofria poucas modificações. Os cortiços e outras formas de construções populares logo se tornaram dos mais graves problemas urbanos: muitos imigrantes recorriam a esse tipo de moradia por falta de opção, e o aglomerado de pessoas em condições precárias gerava focos de doenças epidêmicas como a febre amarela em Santa Efigênia, em 1893, por exemplo. Considerava-se grave a situação urbana de São Paulo na última década do século XIX: falta de saneamento público e precárias condições de higiene. Apesar da criação de leis sanitárias, os cortiços continuaram insalubres. Em 1918, a epidemia de gripe espanhola apavorou a cidade que se encontrava totalmente desprevenida.

A crescente industrialização provocou o surgimento de bairros operários como o Brás, a Mooca, entre outros, cada vez mais separados dos segmentos de elites, agora industriais, que se deslocaram para as regiões mais altas.

A incorporação dessas transformações urbanas trouxe também uma renovação no campo intelectual e científico. Desde o final do século XIX um certo tipo de modernização era perseguido, pelos setores dirigentes que se debatiam com a condição do “país atrasado” em desvantagem diante da

comunidade internacional. Para modificar essa imagem, estabeleceram-se estratégias tais como investir em produção científica e estruturar a nação. Nesse sentido a disseminação dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia era vital para o país.

Desse modo, o início do período republicano foi marcado pela criação de várias instituições voltadas para o campo científico, em São Paulo: Instituto Agrônomo de Campinas, para pesquisa agrícola (1887); Instituto Vacinogênico, para o desenvolvimento de vacinas (1892); Instituto Bacteriológico (1893); Museu Paulista (1893) e o Instituto Butantã, um centro para pesquisa de venenos e produção de antídotos (1899). O Instituto Vacinogênico foi incorporado ao Butantan em 1925 juntamente com o Instituto Bacteriológico.

No ensino superior, várias instituições também foram criadas em São Paulo; a Escola Politécnica (1893) e a Escola de Engenharia Mackenzie (1896). Em 1898, instalaram-se a Escola Livre de Farmácia de São Paulo e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, na cidade de Piracicaba. Em 1902, surgiram as escolas de Comércio do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na capital paulista a Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Livre de São Paulo, primeira escola médica da cidade que perdurou entre 1911 e 1917, e a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, instalada em 1912.<sup>5</sup>

Durante as primeiras décadas do século XX, a medicina praticada no país estava direcionada principalmente para a atividade clínica e sanitária. A concepção higienista relacionava as doenças às condições de insalubridade das cidades e a fatores ambientais como condições do solo e clima. O processo de urbanização incluía a consulta aos médicos sobre a

---

<sup>5</sup> CF.SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Finep, 1979.

organização das cidades e definições de normas aplicadas à construção de residências, escolas, hospitais e alojamentos.

As características de São Paulo propiciaram a expansão na área médica com o desenvolvimento da pesquisa bacteriológica e sanitária em razão das instituições que ali se instalaram. A cidade assumiu certa liderança no campo científico aplicado e mais tarde destacaria-se na criação de instituições educacionais aliadas à pesquisa. No período três instituições paulistas – o Instituto Biológico, o Instituto Butantan e a Faculdade de Medicina – desenvolveram uma política de contratação de especialistas estrangeiros e a formalização de acordos de cooperação internacional.

No caso da Faculdade de Medicina, foram relevantes os acordos firmados entre a instituição e a Fundação Rockefeller no período de 1916 a 1931. Segundo Marinho, a partir dos convênios estabelecidos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade houve mudança na estrutura de ensino, com a introdução de disciplinas no campo de Higiene e Saúde Pública; regime de tempo integral para pesquisa e docência, o que antecipou uma prática que seria institucionalizada com a criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934. As negociações entre a Faculdade de Medicina e a Fundação formalizaram a adesão ao modelo norte-americano no ensino médico em São Paulo e provocaram reações contrárias, por parte de políticos do Legislativo que não viam com bons olhos os acordos. A resistência foi neutralizada pela Faculdade que identificava nestes convênios benefícios significativos para a produção científica local.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> MARINHO, Gabriela S.M.C. – *Elites em Negociação: Breve História dos Acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo ( 1916-1931 )*.Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo representou, ainda, um avanço por ser a primeira escola pública de ensino superior da cidade a permitir o ingresso de alunos de ambos os sexos, além de destinar 10% de suas vagas para a matrícula de alunos pobres.

Entre 1918 e 1925 a Faculdade aprimorou suas negociações com a Rockefeller estabelecendo bases para as futuras reformas institucionais em especial a criação do Instituto de Higiene ponto inicial para as ações e acordos implantados. O próprio regulamento da instituição foi alterado com a inclusão de disciplinas pré-clínicas e a instauração do tempo integral a partir de 1925. Neste período verificou-se a presença ativa de professores estrangeiros designados pela Fundação Rockefeller, cumprindo-se assim parte dos acordos firmados. Esses profissionais atuaram na organização da vida acadêmica e científica da Faculdade, implantando disciplinas, departamentos e institutos.

## **1.2. A higienização da sociedade paulistana**

Para Heloisa Helena Pimenta Rocha (2002), o crescimento acelerado de São Paulo, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do XX, e as transformações nos modos de vida, decorrentes dos processos de migração da população, fizeram com que os médicos-higienistas e sanitaristas se imbuíssem do poder de intervir na cidade para resolver os inúmeros problemas que surgiam na época.

Dentro do propósito de racionalização e controle da sociedade a década de 1920 esteve marcada pela criação do Instituto de Hygiene, instituição acoplada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, resultado do acordo com a Fundação Rockefeller, assentado na concepção de intervenção com base na educação sanitária. A idéia central era incutir, através do Instituto e da formação de educadoras sanitárias, uma consciência sanitária na população. Essa estratégia dos homens de ciência

objetivava produzir uma nova realidade, com padrões de racionalidade que a ciência deveria assegurar.<sup>7</sup>

A partir da realidade urbana de São Paulo marcada pela massa empobrecida, os médicos-higienistas e sanitaristas se transformaram em observadores atentos do cotidiano, “*esses homens de ciência elaborariam problemas, produziriam representações sobre a cidade e seus habitantes, com base nas quais formulariam propostas de intervenção, que visavam subsidiar as ações das autoridades municipais*”. O discurso desses “homens de ciência” era de que a desordem urbana se verificava na degradação dos bairros, ruas e casas dos trabalhadores o que justificaria a urgência da intervenção para um reordenamento profundo dessa sociedade. As habitações coletivas eram vistas como lugares de profusão de doenças. Caberia, portanto, aos médicos-higienistas disciplinar essa população que constituía uma verdadeira ameaça à sociedade, legitimando-se assim as estratégias de intervenção no âmbito da Higiene.

Os “homens da ciência” se intitularam porta-vozes da razão, do progresso e da modernidade<sup>8</sup> e como tal viam-se como responsáveis pelos destinos da cidade e de sua população, impondo-lhe preceitos para guiar

---

<sup>7</sup> ROCHA, Heloísa Helena Pimenta **A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)** – Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2003.

<sup>8</sup> A expressão é usada por Lilia Schwarcz ao analisar a emergência, nas décadas finais do século XIX, de novos campos do conhecimento e de uma nova elite profissional, que buscava, no interior das instituições de saber das quais participava, refletir sobre o país, os seus problemas e os seus destinos e, ao mesmo tempo, legitimar cientificamente, por meio dessas instituições, as suas posições. Procurando traçar o perfil desses intelectuais, a autora oferece importantes elementos para pensarmos os modos de atuação dos profissionais que participaram da criação do Instituto de Hygiene de São Paulo. Distantes do autodidatismo que marcou as primeiras gerações de homens de ciência e mais inclinados à influência norte-americana, esses profissionais guardam aspectos centrais do perfil traçado pela autora, sobretudo os que se referem à representação “de que os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país” (1993, p.37) Ressalta-se, também, que Schwarcz assinala que a adoção de grandes programas de higienização e saneamento pode ser lida como expressão da presença no país de uma “cientificidade difusa”, constituindo-se tais programas, na leitura dos seus protagonistas, na tentativa de “trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos” (1993, p.34). Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

suas vidas, organizando-a cientificamente, gerando um espaço controlado, onde tudo é ordenado e classificado.

### 1.3. As mulheres e o ensino superior

A partir da segunda metade do século XIX já havia uma movimentação por parte das mulheres na luta pelo direito ao ingresso no ensino superior, que oficialmente será alcançado em 1879.<sup>9</sup> A educação, nesse período, era vista como fonte de prosperidade, de moral, da saúde, da manutenção da ordem social e de prestígio internacional. A educação feminina no século XX passa a ser vista como uma necessidade não só para as classes privilegiadas, mas também para outros setores da sociedade, cujo processo de rápida urbanização e industrialização, e necessitava de mão-de-obra especializada.

A história da educação, os estudos de gênero, a história da ciência produzidos no Brasil não têm contemplado sistematicamente a participação das mulheres na ciência. Embora venha crescendo a literatura sobre o tema, muitas questões continuam demandando estudos aprofundado.<sup>10</sup>

A presença de mulheres no campo científico era bastante restrita por ser uma área predominantemente masculina, portanto, vista como inadequada aos papéis de esposa e mãe. Aquelas que atuavam no campo

---

<sup>9</sup> Somente depois de 1879 a co-educação se tornou obrigatória nas escolas públicas e foi permitido o acesso de mulheres em escolas de ensino superior no Brasil e após a década de 1880 as escolas normais se tornaram mistas contribuindo para ampliar a formação de professores primários e secundários e conseqüentemente expandiu-se a educação primária feminina. Cf. **SAFFIOTTI**, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. São Paulo, Quatro Artes, 1969. in **BESSE**, Susan K. **Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940**; tradução de **OLIVEIRA**, Lólio Lourenço de – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

<sup>10</sup> Ver **VELHO**, Lea e **LÉON**, Elena. **A Construção Social da Produção Científica por Mulheres**; **LOPES**, Maria Margaret. **“Aventureiras” nas Ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil**; **TOSI**, Lúcia. **Mulher e Ciência. A revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna** in Cadernos Pagu. Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP, 1998 e **MORANTZ-SANCHES**, Regina. **De “corpos” a “pessoas”: a atuação das pacientes através do julgamento da Dra. Mary Dixon Jones de 1892**; **MOTT**, Maria Lucia. **Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação e** **ROCHA**, Heloisa Helena Pimenta. **A educação sanitária como profissão feminina**. In Cadernos Pagu – Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu. Universidade Estadual de Campinas, SP. 2005.



médico especializavam-se, em sua maioria, em pediatria e ginecologia áreas mais receptivas à presença feminina.

#### 1.4. Movimentos feministas no Brasil

Historicamente, os movimentos pelos direitos da mulher estiveram condicionados ao segmento de mulheres cultas, entre o final do século XIX e começo do XX, que dispunham de tempo e recursos. Durante a segunda metade do século XIX, um pequeno grupo de feministas brasileiras proclamou sua insatisfação com os papéis tradicionais atribuídos pelos homens às mulheres.(BESSE,1999)

A própria definição de feminismo é um tema bastante controverso. No Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, havia as que se definiam como “feministas católicas”, que pregavam a necessidade de Deus, Pátria, Honra e Família para o movimento. De outro lado, estavam aquelas que, influenciadas por modelos europeus e norte-americanos, consideravam o trabalho assalariado como requisito fundamental para a emancipação feminina. Havia, ainda, as “anarquistas e libertárias”, que entendiam o feminismo como manifestação da burguesia e, portanto, irrelevante para a totalidade das mulheres brasileiras.(BESSE,1999)

As opiniões conflitantes eram verificadas, inclusive, dentro de organizações feministas como a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF)*,<sup>11</sup> com grupos divergentes de organizações femininas, sufragistas, profissionais, cívicas e de caridade de todo o país.

Nesse contexto, os movimentos feministas brasileiros tiveram importante papel na redefinição da ordem de gênero no país. Muitas

---

<sup>11</sup> Fundada por Bertha Lutz em 19 de agosto de 1922 a FBPF era uma organização que reunia mulheres de todos os estados do Brasil que estivessem trabalhando para a conquista dos direitos das mulheres ou envolvidas em ações sociais, com o objetivo de: promover a educação feminina e elevar o nível de instrução das mulheres; conquistar direitos civis e políticos e também manter vínculos de amizade com outros países americanos para a preservação da paz. Cf. **BESSE, Susan K. Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940.** pp.185 e 186.

feministas eram bem relacionadas politicamente e conseguiam atrair comunidades profissionais e políticas para suas reivindicações de igualdade social, política e econômica. Um dos maiores sucessos das campanhas feministas entre 1918 e 1937 foi o acesso das mulheres à educação e emprego, além do voto feminino e outras reformas legais e institucionais<sup>12</sup>.

Entretanto, podem ser apontados os limites definidos pela estrutura socioeconômica e pelas normas culturais. Se, de um lado havia o empenho em integrar a mulher na sociedade capitalista em pleno desenvolvimento, por outro, era difícil diminuir as evidentes desigualdades entre as classes sociais. A questão do sufrágio feminino ilustra como se deu esse processo. Para a maioria das mulheres o voto não tinha sentido, pois, estavam despojadas desse direito por não serem alfabetizadas. E o voto também não se traduzia como instrumento de melhoria nas condições de vida. Poucas foram as que efetivamente conseguiram oportunidades de estudo e profissionalização e, conseqüentemente, uma conscientização sobre o feminismo, que continuava reservado às classes média e alta.

Bertha Lutz tem sido considerada líder do movimento feminista com um histórico pessoal diferenciado da maioria das mulheres da sociedade brasileira da época. Nascida em São Paulo em 1894, filha de Adolpho Lutz, suíço especialista em medicina tropical, Bertha se diplomou em biologia na Universidade de Paris e em direito na Universidade do Rio de Janeiro. Fez uma carreira bem-sucedida como administradora, política e cientista. Bertha nunca se casou, nem teve filhos.

Influenciada pelos movimentos feministas europeus, enquanto estudava, organizou no Brasil a luta das mulheres por sua emancipação

---

<sup>12</sup> O voto feminino foi permitido no Brasil a partir de 1932 no governo provisório de Getúlio Vargas, sendo incluído na Constituição de 1934. Fez parte da política de bom relacionamento de Vargas com as camadas populares e também com os setores privilegiados da época. Com o sufrágio feminino Getúlio Vargas atendeu também aos movimentos feministas que há muito faziam essa reivindicação e que tinha contatos com segmentos políticos.

social, política, econômica e intelectual. Através de publicações em revistas do Rio de Janeiro apelava às mulheres a formarem sociedades onde estas se conscientizariam da importância de seu papel como cidadãs, como a *Liga para a Emancipação Intelectual Feminina*, que divulgava através de petições e artigos para a imprensa sua luta por emprego, educação e sufrágio.

Um dos primeiros itens da campanha liderada por Bertha Lutz foi o apelo ao Ministério da Educação para desenvolver um ensino secundário de qualidade para as mulheres, de modo que elas se preparassem para o exame de ingresso na universidade e pudessem competir com os homens no mercado de trabalho. Este apelo teve resultado em 1922, quando as mulheres foram admitidas no prestigiado Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro.

Bertha Lutz era enfática em seus argumentos a favor do voto feminino que, segundo ela, daria dignidade e poderes à mulher. Sua posição no governo proporcionou-lhe manter contatos com organizações de mulheres de toda Europa e das Américas, aumentando ainda mais seu prestígio. Em 1919, foi escolhida como delegada oficial do Brasil ao congresso da *Organização Internacional do Trabalho*, e em 1922 representou as mulheres brasileiras no primeiro *Congresso Pan-Americano de Mulheres*. Juntou-se a outras delegadas latino-americanas para formar a *Associação Pan-Americana pelo Progresso das Mulheres*, sendo a *Liga pela Emancipação Intelectual Feminina* uma secção brasileira daquela organização e Lutz eleita uma de suas vice-presidentes.<sup>13</sup>

Ao fundar a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF)*, obteve projeção nacional com a realização da convenção

---

<sup>13</sup> Cf. BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**/ tradução de Lólio Lourenço de Oliveira , São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, 1999.p.185.

internacional de cinco dias, em dezembro de 1922. A ela compareceram representantes de vários estados brasileiros, de organizações femininas profissionais, de assistência social e de caridade e congressistas e funcionários do governo, além das presenças internacionais como Carrie Chapman Catt e Elizabeth Babcock, dos Estados Unidos (BESSE, 1999).

A *FBPF* lutou durante toda a década de 1920 em favor dos direitos das mulheres. Divulgava seus propósitos através de entrevistas, petições, manifestos, e reuniões públicas. Apoiava políticos que eram favoráveis às causas feministas e atacava os que se manifestavam contra. Pressionava por alterações no Código Civil, principalmente para eliminar as cláusulas sobre a incapacidade das mulheres casadas. Lutava, ainda, para que a legislação trabalhista protegesse os interesses das trabalhadoras e que a educação feminina fosse melhorada.

A associação aproveitou-se do momento político desencadeado pela Revolução de 1930 para cobrar compromissos com a reforma trabalhista e eleitoral, o que acabou resultando na inclusão do sufrágio feminino em 1932, e nas mudanças introduzidas na Constituição de 1934, como o direito das mulheres manterem sua nacionalidade e a transmitirem a seus filhos, na eventualidade de casamento com estrangeiros; igualdade perante a lei; princípios orientadores na legislação trabalhista.<sup>14</sup>

Além disso, a *FBPF* preocupou-se em preparar candidatas para cargos públicos, construir uma rede ativa de seções da liga em todo o país, instituir novas organizações femininas de professoras primárias, mães e trabalhadoras, objetivando difundir as idéias feministas, e construir um bureau governamental que legitimasse o movimento feminista.

---

<sup>14</sup> Pagamento igualitário sem distinção de sexo, salário-mínimo, oito-horas diárias de trabalho, férias anuais remuneradas, licença-maternidade e seguro para proteger trabalhadores doentes, aposentadoria e direito das mulheres de ocupar qualquer função pública, foram alguns itens conquistados na época.

Em junho de 1936, Bertha Lutz foi empossada como deputada federal despertando as esperanças das feministas de que as reivindicações da *FBPF* seriam consideradas pelo Congresso. O golpe de 1937 e a instalação do Estado Novo que dissolveu o Congresso tornaram efêmeras as esperanças feministas. Avanços conquistados em 1934 foram restringidos pela Constituição de 1937, e o acesso das mulheres ao emprego remunerado foi limitado.

Essas limitações foram marcas constantes na *FBPF*. O feminismo era mais acessível para as mulheres de classes média e alta, que tiveram suas vidas modificadas com a industrialização e urbanização ocorridas nas primeiras décadas do século XX nos grandes centros do país. Enquanto as mulheres em geral não buscassem a auto-realização e segurança econômica fora do ambiente restrito do lar e da família, continuariam dependendo materialmente e psicologicamente dos homens, o que significava a imposição de sérias limitações à formulação de uma consciência feminina. Até entre as mulheres que participavam da organização havia um sentimento de frustração pela falta de uma tradição do aspecto da luta em conjunto por metas sociais e políticas (BESSE, 1999).

Outra questão que se constituía como fator restritivo para a organização era a distância entre as classes sociais no Brasil e os conflitos do período. As feministas relutavam em contatar os demais setores da sociedade, compartilhavam de preconceitos patriarcais e dependiam das empregadas domésticas para exercerem suas profissões ou para serem ativistas políticas. Apesar da *FBPF* ter em sua pauta de reivindicações a preocupação com a melhoria das condições de trabalho das mulheres operárias, suas relações com as mulheres pobres eram frágeis. A diretoria da organização falava em nome das mulheres operárias, mas não as convocavam a participar ativamente do movimento. Isso se evidenciava nas

questões das greves operárias, quando a *FBPF* não tinha um posicionamento favorável. Operárias e empregadas domésticas não faziam parte do quadro de associadas e mesmo as professoras, enfermeiras, datilógrafas, balconistas, costureiras e tipógrafas não compunham a diretoria da organização.(BESSE: 1999)

Essa questão do conflito entre gênero e classe é muito significativa nesse contexto histórico. A luta pelos direitos e por maior igualdade entre os gêneros, principalmente pelos movimentos feministas, não tinha como prioridade tratar de reivindicações sociais, ampliando assim seu leque de discussões. Isso se dava por que nesses grupos a participação dos setores elitizados era maioria, não havia muitas mulheres de classes populares engajadas e a discussão sobre questões sociais não era de interesse comum entre as participantes.

Dentro do movimento operário que se desenvolve na década de 1920, havia participação feminina, muitas mulheres trabalhavam nas fábricas, mas os objetivos eram claramente por melhorias nas condições de trabalho e salariais. O papel social e os direitos políticos submergiam perante o compromisso de defender a classe operária contra a opressão dos donos das indústrias que lhes impunham péssimas condições de trabalho.

Desse modo, os objetivos traçados pela *FBPF* se frustraram. O período de repressão política e os obstáculos à emancipação econômica feminina, em conjunto com as dificuldades de se romper com normas que legitimavam o poder patriarcal, foram aspectos que conduziram a essa frustração. Os movimentos feministas da época não promoveram mudanças significativas no sentido de combater os estereótipos sobre as capacidades “naturais” das mulheres. Os feminismos considerados ameaçadores, das “feministas anarquistas e libertárias”, não se contentavam com as lutas reivindicatórias “tradicionais” e atacavam também questões como o

divórcio e a liberdade sexual, buscando superar o que consideravam como o feminismo de “burguês”.

As mais conhecidas feministas de esquerda foram Maria Lacerda de Moura e Patrícia Galvão (Pagu). A primeira chegou a se casar aos dezessete anos. Dez anos mais tarde iniciou sua aventura intelectual transformando-se em uma feminista radical. Em 1919, juntou-se a Bertha Lutz mas ao chegar em São Paulo, vinda de uma cidadezinha de Minas Gerais, tomou contato com o movimento operário e com as ideologias política de esquerda. Em 1923 tornou-se editora da *Revista Renascença* onde expôs suas idéias de que a mulher não seria só escrava dos homens e sim da modernidade. Atacou abertamente o movimento feminista que ajudou a organizar em seu livro **A Mulher É uma Degenerada?**: “De que vale a igualdade de direitos jurídicos e políticos para meia dúzia de privilegiadas, tiradas da própria casta dominante, se a maioria feminina continua vegetando na miséria da escravidão milenar?”<sup>15</sup>

A segunda, Patrícia Galvão (Pagu), irreverente e politizada, pertence à geração posterior. Chocou várias vezes a sociedade paulistana com seu comportamento livre em relação à sexualidade e sua rebeldia. Entrou para o Partido Comunista Brasileiro em 1931 assumindo a causa socialista. Quis conhecer de perto a vida dos proletários trabalhando em fábricas. Escrevia uma coluna chamada “*A Mulher do Povo*”, onde comentava o comportamento e valores da população feminina de São Paulo. Atacava a moralidade burguesa e a campanha pelo sufrágio da *FBPF* e também zombou das idéias de Maria Lacerda de Moura pregando que as feministas tinham que lutar para superar primeiro a pobreza e a exploração de classe. Sua vivência como ativista política lhe trouxe muita decepção, o partido não absorvia seu estilo radical e em 1933 foi obrigada publicar seu livro

---

<sup>15</sup> MOURA, Maria Lacerda de. **A Mulher é uma Degenerada?** 3.ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1929.p.12

*Parque Industrial*, que denunciava a exploração sexual do proletariado feminino, sob pseudônimo.<sup>16</sup>

Uma questão política em relação a *FBPF* foi a ativa participação de seu grupo de direita, o chamado “feminismo católico”, que tinha na *Revista Feminina*<sup>17</sup> seu maior canal de comunicação entre mulheres. Defendiam a moral cristã e o feminismo como uma reação natural contra as forças destrutivas da sociedade moderna. A *Revista Feminina*, em sua defesa do liberalismo e direitos individuais, afirmava que: “o feminismo representava o justo desejo de libertação das mulheres em relação ao “cativeiro ignominioso” que havia limitado seus movimentos físicos, mantido subdesenvolvidas suas potencialidades intelectuais, frustrado sua iniciativa e desperdiçado suas energias”<sup>18</sup>

A *Revista Feminina* concordava com movimentos feministas como o da *FBPF* e a luta por direitos e participação política, mas sua retórica era de manutenção das tradições muito mais do que da necessidade de mudanças nas relações de gênero. Quando defendiam o direito das mulheres a um emprego remunerado afirmavam que esse trabalho se justificaria como um mal necessário, ocasionado pela vida moderna. Essa linha de pensamento das editoras e das leitoras da revista, traduzia a consciência das mulheres que queriam a emancipação, mas defendiam idéias tradicionais, fragilidade e submissão como inerentes ao mundo feminino.

---

<sup>16</sup> Em 1950 ela escreveu uma extraordinária reflexão a respeito de seu envolvimento com o partido. Ver Patrícia Galvão, “**Verdade e Liberdade**”, reproduzido em Campos, Pagu, 188-189.

<sup>17</sup> *Revista Feminina* iniciou suas publicações em 1914 e deixou de ser publicada em 1927. Nela as editoras proclamavam seu apoio entusiástico ao feminismo e era um foro de debate sobre temas femininos sendo que era sempre enfatizado seu caráter conservador afirmando que o feminismo correto era aquele de instinto conservador e não revolucionário. Sua meta era a preservação e reconstrução da moralidade cristã.

<sup>18</sup> A Direção, “**Às mulheres Brasileiras! O Feminismo em seu Maior Triumpho!**” RF 5:55 (dezembro de 1918); Anna Rita Malheiros, “Outubro”, RF 6:65 (outubro de 1919).



## 1.5. A luta pelo acesso ao ensino superior

Desde a segunda metade do século XIX as mulheres lutavam pelo acesso à educação, principalmente o ensino superior. Essas mulheres, em sua maioria abastadas, consideravam o desenvolvimento intelectual feminino uma importante condição para o progresso e prosperidade econômica do país. A primeira legislação relativa à educação de mulheres surgiu em 1827, a lei admitia meninas apenas para as escolas elementares, não para as instituições de ensino mais avançado.

Em 1873, o império possuía 5.077 escolas primárias, públicas e particulares. Essas escolas tinham um total de 114.014 alunos e 46.246 alunas. Nas famílias ricas, as crianças muitas vezes não eram educadas nas escolas, mas em casa. Lentamente, a idéia de escolarização para meninas foi se acrescentando à idéia mais antiga de educação doméstica, embora não uma educação idêntica àquela ministrada aos meninos.<sup>19</sup> Para este segmento, as mulheres deveriam se manter menos expostas, preservadas do espaço público, confinadas aos “recônditos do lar”.<sup>20</sup>

Mulheres das elites, porém, encabeçaram na Europa e nos Estados Unidos movimentos feministas iniciados no século XIX e a luta pela instrução superior foi uma dimensão importante dessa pauta de reivindicações. No Brasil, o direito das mulheres de ingressar em instituições de ensino superior só foi reconhecido a partir de 1879. Antes, as poucas que obtiveram diploma de nível superior conseguiram o grau em

---

<sup>19</sup> **HAHNER, June E. A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937.** São Paulo: Editora Brasiliense

<sup>20</sup> No manual de economia doméstica *O Lar Feliz*, destinado às jovens mães e a ‘todos quantos amam seu lar’, publicado em 1916, mesmo ano em que foi aprovado o Código Civil da República, o autor divulga para um público amplo o papel a ser desempenhado por homens e mulheres na sociedade, e sintetiza, utilizando a idéia do “lar feliz”, a estilização do espaço ideologicamente estabelecido como provado. Cf. **MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia.** “Recônditos do mundo feminino” pp.367-421 ilus.in **SEVCENKO, Nicolau (org.) e NOVAIS, Fernando A. (coord. geral da col.) et alii. História da vida privada no Brasil: República: da belle époque à era do rádio.** 5<sup>a</sup>.reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 758p. ilus. ( Col.História da Vida Privada no Brasil, 3 ).

instituições da Europa ou nos Estados Unidos, dependendo, portanto, de autorização, recursos e incentivos de uma família abastada.

Em 1874, por exemplo, uma jovem de catorze anos, Maria Augusta Generosa Estrella, deixou o Rio de Janeiro para estudar medicina nos Estados Unidos e tornou-se a primeira médica brasileira. Pouco depois, em 1881, juntou-se a ela Josefa Agueda Felisbella Mercedes de Oliveira. Segundo Hahner,

*“(...) essas duas estudantes de medicina, sectárias ferventes do progresso humano, publicaram um jornal em Nova Iorque, A Mulher, projetado para convencer as mulheres brasileiras de suas aptidões latentes, e para mostrar que “tanto a mulher como o homem se podem dedicar ao estudo das sciencias”. É preciso que as mulheres “reconheçam que os homens são injustos para com ellas, julgando-as incapazes de concepções sublimes e cometimentos científicos”, e que apenas a insuficiência de sua educação impediu-as de estar no mesmo nível que eles”.<sup>21</sup>*

Apesar de a legislação brasileira ter permitido o ingresso de mulheres no ensino superior, em 1879, poucas puderam seguir esse caminho e exercer suas profissões. Havia muito preconceito e pressões contra as jovens graduadas. Mulheres da elite que conseguiam terminar o curso secundário e avançar nos estudos, em geral não exerciam a profissão.

O ensino superior nas primeiras décadas do século XX era destinado basicamente às classes abastadas. Em São Paulo, os alunos em sua maioria pertenciam às famílias de cafeicultores, setor então predominante na economia brasileira. As raras mulheres que tinham acesso às escolas superiores eram filhas da elite econômica ou política.

---

<sup>21</sup> Cf. HAHNER, June Edith (1940). **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. trad. Do inglês por Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981, 140p., pp. 68 a 70.

A primeira médica a atuar na cidade de São Paulo foi Maria Rennotte. Nascida na Bélgica, fez curso para professora primária em Paris, ensinou francês na Alemanha e veio para o Brasil em 1878 como preceptora. Segundo Maria Lucia Mott, em “*Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação*”, Maria Rennotte teve uma trajetória bastante interessante pelo seu caráter de mobilidade espacial e atuação como difusora da necessidade da ampliação do papel de cidadania para as mulheres no início do século XX no Brasil<sup>22</sup>.

Contratada pelo Colégio Piracicabano, interior de São Paulo, Maria Rennotte ficou conhecida pelo posicionamento inovador em relação à educação das mulheres. Como professora defendia a igualdade entre os sexos, a co-educação e métodos de ensino que levassem ao desenvolvimento do raciocínio e a inclusão de disciplinas direcionadas para as ciências naturais e biológicas no currículo das escolas femininas.

Aos 40 anos, ao visitar a Exposição Universal em Paris, decidiu fazer o curso de medicina e graduou-se na Filadélfia, nos Estados Unidos. De volta ao Brasil, se estabeleceu em São Paulo e foi a primeira médica interna da Maternidade São Paulo e por mais de dez anos a única mulher a exercer a medicina na capital. Maria Rennotte formou uma grande clientela. Parte da população feminina que podia escolher recusava-se a ser examinada por médicos .

Dedicada ao exercício da medicina, Rennotte também trabalhou pelas causas sociais e filantrópicas dedicando-se à fundação de uma filial da Cruz Vermelha na cidade, onde criou um Curso de Enfermagem.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> MOTT, Maria Lúcia. **Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação**. In Cadernos Pagu , Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Gênero, PAGU, da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2005.

<sup>23</sup> MOTT, Maria Lúcia “**Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da Nação**”. Revista semestral do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU Universidade Estadual de Campinas-SP, 2005.

O que mais chama atenção na trajetória de Maria Rennotte, conforme destacado por Maria Lucia Mott, foi o uso que fez de seu trabalho filantrópico como forma de exercer a cidadania e contestar a ausência de direitos políticos e sociais para as mulheres. Ao escrever vários artigos, ao longo de sua vida, a médica assegurou sua atuação, numa época em que havia pouca visibilidade para a ação de mulheres no espaço público. Pode, desse modo, conscientizar mulheres pela sua ação social a transformar suas realidades, apesar dos direitos políticos negados.

Existem poucos estudos sobre a participação feminina na comunidade científica no país, e quase não se encontram biografias e textos em que mulheres apareçam como profissionais na área das ciências naturais de forma atuante no período. No início do século XX, poucas conseguiam exercer a medicina, porém dois nomes figuram entre mulheres médicas: Francisca Prager Fróes, formada na Faculdade de Medicina da Bahia e Carlota Pereira de Queiroz, que iniciou seus estudos em São Paulo e graduou-se em 1926 no Rio de Janeiro. A primeira, assim como Maria Rennotte, defendeu os direitos políticos da mulher durante sua atuação como médica.

Formada em 1893, foi educada de modo diferenciado. Como redatora da *Gazeta da Bahia* contribuiu para os projetos de regeneração nacional articulando pontos de vista médicos e políticos. Praticou a chamada medicina social atendendo uma clientela de baixo poder aquisitivo, sempre enfatizando a crença no saneamento e nas idéias eugenistas. Francisca Fróes relacionava, ainda, a maternidade com os direitos negados às mulheres, afirmando que se essas tinham essa função “divina” também poderiam ter participação na esfera pública.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> RAGO, Elisabeth Juliska. “**Dra. Francisca Prager Fróes e a saúde da mulher**”- PUC/SP. Comunicação apresentada no 2 Seminário Internacional Memória e Saúde: interfaces da interdisciplinaridade, organizado pelo Instituto de Saúde, Núcleo de Investigação em Memória da Saúde, realizado em agosto de 2005 em São Paulo-SP.

A segunda médica, Carlota Pereira de Queiroz, foi professora antes de se tornar médica e se dedicou à fundação de laboratório de análises clínicas, tentativa inicialmente realizada sem sucesso no Rio de Janeiro e posteriormente alcançada em São Paulo. Carlota formou um círculo de amizades entre os profissionais da medicina que reforçava a sua idéia de que a carreira não a levaria a ter fortuna e sim “glórias”. Os contatos com médicos foram vantajosos, tornando-se a primeira médica brasileira a entrar na Academia Nacional de Medicina, com o aval do presidente e amigo Aluisio de Castro.

Com personalidade marcante, cultivou o hábito de se vestir severamente desde a época de estudante de medicina, como forma de manter respeitabilidade. Sua luta incluiu também a defesa da participação feminina nas questões políticas.<sup>25</sup>

Mesmo considerando que nas primeiras décadas do século XX a medicina teve papel relevante na constituição de um projeto de nação moderna e civilizada, as mulheres eram vistas como aquelas que deveriam educar e formar os homens que exerceriam o papel de médicos-cientistas e que elevariam o país à notoriedade internacional .

A mobilização de mulheres para a promoção da saúde física, a prosperidade econômica, a manutenção da ordem política e social vigente era defendida pelos segmentos abastados e pelo Estado centralizador. Daí a importância das educadoras, médicas e enfermeiras nesse processo de “civilizar” a nação e higienizar a sociedade. Com doses de moralidade tradicional e disciplina social a mulher era preparada para “consertar” o mundo e não transformá-lo.

---

<sup>25</sup> SCHPUN, Mônica Raisa – “A médica Carlota Pereira de Queiroz e seus colegas: amizades e relações profissionais num meio predominantemente masculino”, Centre des Recherches sur le Brésil Contemporain, École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris. Comunicação apresentada no 2 Seminário Internacional Memória e Saúde: interfaces da interdisciplinaridade organizado pelo Instituto de Saúde, Núcleo de Investigação em Memória da Saúde na Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo em agosto de 2005.

A discussão sobre a objetividade da ciência passa também pela noção estabelecida de que a ciência possui uma dimensão epistemológica superior, altamente racional e que, portanto, as mentes femininas não seriam adequadas a este padrão. Daí, ainda, a justificativa para restrição de acesso ao ensino superior, como um todo e, em particular, no campo da medicina, corroborando a mentalidade de que a elas caberiam apenas os papéis de esposa e mãe. Muitos intelectuais relativizam a noção da objetividade feminina na ciência, Evelyn Fox Keller, por exemplo, afirma que a objetividade dinâmica não controla a natureza e sim interage com ela, pregando a tolerância sobre sua diversidade.<sup>26</sup> Por outro lado, lembra Lopes:

*“Mas como as mulheres praticamente não constam da História das Ciências no Brasil, não dispomos de uma vasta produção sobre o tema que conte com tradições construídas desde o fim do século passado, como nos Estados Unidos ou em outros países europeus. Mas isso não significa que se trata de começar do zero. Pelo contrário, trata-se sim de recuperar, avançar e criar novas tradições, que nos permitam tornar visíveis as mulheres e as relações de gênero em nossos fazeres científicos.”<sup>27</sup>*

As mudanças nos papéis femininos e nas suas expectativas eram grandes e se aceleravam com a economia urbano-industrial das primeiras décadas do século XX. As mulheres das classes média e alta se integravam

---

<sup>26</sup> FOX KELLER, Evelyn. *Reflections on Gender and Science*. in LOPES, Maria Margaret. *Aventureiras nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil*, in Cadernos Pagu, Gênero, tecnologia e ciência: Publicação do PAGU, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas-SP, 1998.

<sup>27</sup> LOPES, Maria Margaret. *A Ciência não é uma jovem de costumes fáceis: aspectos das relações de gênero na História da Ciência no Brasil*. Cadernos IG/UNICAMP, vol.2, n°1, 1992, pp.90-107.

nesse contexto de mudanças para ampliar sua participação na sociedade. Tornaram-se mais atuantes no domínio público, ingressando no ensino superior e no mercado de trabalho. Participavam de organizações feministas, pelos direitos de cidadania e voto. Passaram a expressar publicamente os descontentamentos e questionar a chamada “natureza feminina” associada às funções domésticas. Aproximaram-se mais de práticas científicas e culturais e transformações econômicas modificaram seu padrão de atuação social.

Por outro lado, essas rápidas mudanças de comportamentos faziam com que principalmente as elites urbanas ascendentes se preocupassem com as alterações na estrutura familiar e o quanto essa forças podiam ser consideradas como “desintegradoras” dos modelos vigentes. Os embates no interior dos núcleos familiares, sejam nas classes abastadas ou nas populares, levavam a uma nova organização familiar e setores dirigentes percebiam a dimensão política e a necessidade de intervenção.

## **CAPÍTULO II**

### **A PRESENÇA FEMININA NAS PRIMEIRAS FACULDADES DE MEDICINA EM SÃO PAULO**

#### **2.1- Histórico da Universidade Livre de São Paulo**

Para elaborar esta pesquisa sobre mulheres médicas das primeiras décadas do século XX foram examinadas duas instituições de ensino superior que mantinham o curso de medicina no período e permitiam a participação feminina como estudantes. A primeira, abordada neste capítulo, foi a Universidade Livre de São Paulo, entidade privada criada em 1911. Apesar de sua curta existência (1911-1917), aceitou algumas matrículas de mulheres no curso de medicina.

Ao pesquisar sobre os cursos médicos do período, encontrei várias caixas de documentação no Arquivo do Estado de São Paulo: ali estão pastas de alunos com pedidos de ingresso, recibos de taxas de matrículas, atestados de saúde, certificados de conclusão de curso secundário, regimento interno, cartas da reitoria da Universidade ao Conselho Superior de Ensino, pareceres de advogados, entre outros, referentes à Universidade Livre de São Paulo. Trata-se de material relevante face à escassa literatura sobre essa instituição de ensino superior particular de São Paulo<sup>28</sup>.

Na documentação depositada no Arquivo do Estado foram encontradas pastas com pedidos de matrículas de mulheres, o que suscitou um aprofundamento nas pesquisas, a análise sobre a Universidade Livre de São Paulo e a inserção dessas mulheres como profissionais médicas.

---

<sup>28</sup> Há poucos estudos que mencionem a Universidade Livre, e nenhum que analise sua curta existência. A documentação consultada oferece pistas sobre o fim da instituição, entre elas a não-validação dos primeiros diplomas expedidos e a falta de equiparação oficial da escola.



Nas pastas, arquivadas em ordem alfabética, constam alguns requerimentos para acesso ao Curso Preliminar e também ao 1º ano de Medicina, incluindo recibos de taxas pagas e certificados de conclusão do ensino secundário e de idoneidade moral.

Pelo levantamento realizado, a maioria dessas mulheres não chegou a se formar. Em alguns documentos constam que a aluna teria desistido. Pelo livro de matrículas de 1912 a 1917 apenas a aluna Mariângela Matarazzo chegou a cursar até o 5º ano do curso, as demais não terminaram o 2º ano nesta instituição.

O surgimento da Universidade Livre de São Paulo em 1911 insere-se no contexto de expansão de instituições de ensino superior no Brasil, com o objetivo de formar um quadro de profissionais graduados, especialmente nas áreas de saúde e engenharia, com vistas a um projeto de modernização que pudesse conferir uma imagem mais atraente do país perante a comunidade internacional. A constituição republicana assegurou a criação de instituições de ensino superior, através de lei federal, em diversos estados. Em três deles surgiram universidades, as chamadas universidades livres, no Amazonas, em São Paulo e no Paraná.(CUNHA: 1980).

Nesse período havia poucas instituições de ensino médico no país. A Faculdade da Bahia e do Rio de Janeiro eram as mais procuradas e São Paulo ainda não tinha nenhuma escola médica. A partir do plano de estudos para a reforma do ensino médico apresentado pelo diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi elaborada a Lei Orgânica do Ensino Superior. Aprovado pelo presidente Hermes da Fonseca e referendada pelo Ministro do Estado da Justiça e Negócios Interiores Rivadávia da Cunha Corrêa, esta proposta transformou-se em instrumento para a desoficialização do ensino.

Conhecida como Reforma Rivadávia Corrêa serviu como pretexto para tirar a responsabilidade do governo sobre o ensino superior, atribuindo às chamadas “Congregações” as funções de aumentar o número de instituições no país e atender a demanda. O decreto previa, ainda, a autonomia didática e administrativa das instituições, abrindo a possibilidade da escolha do diretor, independente da nomeação pelo governo e do recolhimento de taxas.

Para ingressar no ensino superior, passou a ser exigido apenas um simples exame, sem a necessidade da apresentação de documentos que comprovassem o curso preparatório. Outras inovações constaram da Reforma Rivadávia: liberdade de frequência, abolição do concurso de provas para docentes, nova seriação das disciplinas, a fusão e desdobramento de cadeiras, o concurso de títulos e trabalhos e a remuneração de professores pelas taxas de frequência e de exames.

Outro ponto relevante nas mudanças do ensino superior foi a extinção dos “lentes catedráticos” que passaram a ser chamados de professores ordinários e extraordinários, seguindo a nomenclatura alemã, o que gerou um aumento na admissão de professores nas instituições.

Com a Reforma Rivadávia, foi criado o Conselho Superior do Ensino, composto de diretores e de um representante de cada congregação dos institutos superiores, tendo como função avaliar o recurso das decisões dos corpos docentes e regalias como a liberdade de não comparecer nas mesas de exame, certificar frequência e a escolha de um representante na Congregação. O princípio da liberdade profissional era um ponto fundamental nesta reforma, tornando possível a criação de universidades não-oficiais.

Em 5 de abril de 1911, pelo decreto nº 8659, no contexto dessas transformações institucionais, criou-se a Universidade Livre de São Paulo,

através da iniciativa do médico Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, constituinte por São Paulo em 1891. Adepto de idéias positivistas desde muito lutava pela implantação do ensino livre no Brasil. Apresentou emenda ao projeto de Constituição estipulando que não seriam admitidos no estado “privilégios inerentes a diplomas escolásticos ou acadêmicos que restrinjam o exercício de qualquer profissão de ordem moral, intelectual e industrial’.<sup>29</sup>

Sob a liderança de Eduardo Guimarães foi firmada uma sociedade com vinte profissionais de nível superior (11 médicos, 4 farmacêuticos, 3 dentistas e 2 advogados) e a participação do “sócio-capitalista”, Luís Antonio dos Santos, constituindo-se, assim, a Universidade Livre de São Paulo.

Segundo Cunha, poucos meses depois do início das aulas o sócio-capitalista retirou-se da sociedade, recebendo a parte que empregara em equipamentos com a renda gerada pelo pagamento das matrículas dos primeiros alunos da instituição. A Universidade Livre de São Paulo afinal constituiu-se em novembro de 1911:

*A Universidade Livre de São Paulo foi fundada em 19 de novembro de 1911, com o objetivo de oferecer ensino de todos os graus: primário, secundário, superior e “transcendental”. Para isso, previa-se a existência de uma escola primária e uma escola secundária, que pouca vida tiveram; uma escola de cultura física, para todos os graus; dez escolas superiores profissionais; e uma curiosa escola superior de filosofia, história e literatura.*

*As escolas superiores deveriam ser as de belas-  
artes; ciências; filosofia e letras; agronomia e  
zootecnia; medicina veterinária; comércio; farmácia;  
odontologia; medicina e cirurgia; engenharia e  
direito”.*

---

<sup>29</sup> Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã – Da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1980. p.201

*A universidade seria dirigida por um conselho superior formado pelos diretores das escolas superiores, do reitor, do administrador geral (o “sócio-capitalista”, originalmente), do secretário geral e do consultor jurídico. Esse conselho teria a competência de eleger o reitor. Cada escola superior teria uma congregação formada por todos os professores, capaz de eleger seu diretor (CUNHA:1980, p.201).*

A Universidade Livre de São Paulo no seu primeiro ano de funcionamento manteve os cursos de Belas Artes; Comércio; Farmácia; Medicina e Cirurgia (havia um curso preliminar que iniciou com 318 alunos ); Odontologia; Engenharia e Direito, totalizando 466 alunos matriculados distribuídos da seguinte forma:

Cursos	Número de alunos matriculados
Belas Artes	70
Comércio	16
Farmácia	59
Medicina e Cirurgia	58
Odontologia	91
Engenharia	46
Direito	126

Fonte: CUNHA, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: da colônia à Era Vargas**, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

Havia, ainda, a possibilidade de se matricularem alunos ouvintes se fossem aprovados em metade das matérias exigidas, com a obrigação de prestar os exames que faltassem até o fim do curso. Com isso, a Universidade Livre de São Paulo chegou a ter cerca de 700 alunos e os sócios puderam ressarcir Luís Antônio dos Santos e administrar a

instituição de forma mais independente, inclusive na geração e distribuição dos lucros advindos.

Com os recursos provenientes das primeiras matrículas foram instalados novos laboratórios, auditórios e salas de aula em prédios amplos, no centro da cidade. No período de 1913-1916 a Universidade Livre de São Paulo diplomou 132 cirurgiões-dentistas, 14 bacharéis em direito, 4 farmacêuticos, 4 engenheiros e 6 doutores em medicina e cirurgia. No final de 1916 havia, ainda, 14 concluintes do curso médico, faltando-lhes apenas a defesa de tese.

A Universidade Livre de São Paulo entrou em conflito com as instituições oficiais desde sua criação em vários aspectos. Entre eles na questão dos métodos de ensino, pois adotou metodologias novas em seus cursos superiores, dando ênfase à realização de experiências e não somente à explanação do professor. Criticando o ensino das antigas escolas superiores, o reitor Eduardo Guimarães se manifestava claramente em discursos como este:

*A nossa é a nação dos doutores. Eles saem às mancheias das faculdades; entretanto, não são muitos os que vencem, apenas com seu esforço pessoal, a luta pela vida. E a prova disso temos em que, a despeito de vivermos numa atmosfera de doutorice, mandamos buscar, no estrangeiro, arquitetos para reformarem nossas cidades, agrônomos para cultivarem nossos campos, químicos para garantirem a pureza de nossos alimentos, bacteriologistas para dirigirem nossos laboratórios, e até banqueiros para segurarem nossas finanças. É verdadeiramente fenomenal! Mas a culpa não é nem dos doutores nem do Brasil, a culpa é do péssimo ensino que todos nós recebemos e da rotina que o perpetua<sup>30</sup>.*

---

<sup>30</sup> Discurso de Eduardo Guimarães, em Universidade de São Paulo, in **CUNHA**, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã: Da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1980. p. 205.

O teor do discurso sugere algumas questões. Primeiro, a crítica aos cursos e aos professores, na maioria estrangeiros, das escolas superiores estatais. A posição do reitor pela desoficialização do ensino é bastante contundente e a proposta de um novo método de ensino constituía-se em um atrativo para desviar alunos das escolas oficiais existentes<sup>31</sup>.

O curso médico dessa escola abrangia cinco anos e a regência das diversas disciplinas esteve a cargo de figuras expressivas da medicina local, como Rubião Alves Meira, Arnaldo Vieira de Carvalho, Mathias de Vilhena Valladão, Luiz de Rezende Puech, Francisco Franco da Rocha, Clemente Miguel da Cunha Ferreira, Adolfo Carlos Lindenberg, Diogo Teixeira de Faria, Ulisses de Freitas Paranhos, Nicolau de Moraes Barros, Sérgio de Paiva Meira Filho, João Alves de Lima, Antonio Carini e outros.

Para Sadi e de Freitas é importante destacar que:

*1- no ato da fundação, o curso dessa Escola era feito em 5 anos.*

*No ano letivo de 1917, deveria ser ampliado de mais um ano, constituindo o que se pode denominar de “Preparatórios Médicos”.*

*2- em março de 1917, o seu Corpo Docente era bem diferente do anunciado em dezembro de 1911, quando da inauguração, pois alguns desses professores nem sequer chegaram a lecionar...”<sup>32</sup>*

A discrepância acerca dos professores da Universidade Livre pode ser analisada como um dos fatores que levaram a instituição a enfrentar diversos problemas e encerrar seu funcionamento em um curto período. A falta de docentes dificultou uma melhor estruturação do curso de medicina

---

<sup>31</sup> Foi o primeiro estabelecimento de ensino médico paulista a permitir o ingresso também de mulheres, o que levou, de acordo com a documentação encontrada no Arquivo do Estado de São Paulo, muitos pedidos de matrículas.

<sup>32</sup> Cf. SADI, Afiz e FREITAS, Divaldo Gaspar de. **O Ensino Médico em São Paulo anteriormente à Fundação da “Paulista”**. São Paulo, 1995. p.33

e muitos alunos matriculados no ano de 1913 pediram transferência para a recém criada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

O confronto entre a entidade livre e a oficial desestruturou a primeira com a perda do corpo docente. A grade curricular, a carga horária menor e conflitos políticos também contribuíram para desestabilizar a instituição. Alguns membros do Legislativo estadual se posicionaram contra o funcionamento da instituição, o que ajudou a inviabilizar a Universidade Livre de São Paulo, conduzindo à regulamentação pelos órgãos competentes, como será detalhado mais adiante.

## **2.2. Primeiro estatuto da Universidade Livre de São Paulo**

O primeiro estatuto da Universidade Livre de São Paulo é de 1911 e estão discriminados artigos sobre o capital, receita e despesa, lucros e prejuízos, demonstrando o caráter empresarial da instituição como podemos ver nos trechos abaixo:

*Art.5 – O Capital será constituído pelos bens móveis, utensílios, instrumentos, aparelhos e livros necessários a montagem de gabinetes ( de physica, chimica, história natural e outros) de uma pharmácia e gabinete de clinica dentaria, abertos ao público, e bem assim de um consultório veterinário, fornecidos pelo associado Luiz Antonio dos Santos. Estes bens serão avaliados pelos associados Snrs. Dr. Spencer Vampré e Dr. Henrique de Magalhães Gomes, que terão como suplentes os Snrs. Dr. Carlos Nunes Rabello e Nevio Nogueira Barboza, a proporção que forem sendo fornecidos, sendo a importância da avaliação levada a conta de Capital. Além disso, o Sr. Luiz Antonio dos Santos se obriga a fornecer, em prédio seu ou alugado, os necessários commodos para o funcionamento da Universidade.*

*ÚNICO – Os ônus e proventos dos cursos primário, secundário e fundamental, pertencerão exclusivamente ao associado Luiz Antonio dos Santos ate que a Universidade os encampe, pagando o custo*

*delles, segundo for avaliado por dois árbitros escolhidos, um pelo Sr. Luiz Antonio dos Santos. (ANEXO 1 )*

Analisando o primeiro Estatuto percebe-se a concentração de poder do sócio-capitalista Luiz Antonio dos Santos, que alugou os imóveis para seu funcionamento na Rua Bento Freitas, o que explica a urgência dos demais sócios de quitar com as primeiras matrículas, os investimentos feitos.

Outra questão significativa são as taxas cobradas e a possibilidade de recebimento de subvenções, já que se tratava de uma entidade particular. Na documentação depositada no Arquivo do Estado encontram-se vários recibos de matrículas e requerimentos, indicando que todos os procedimentos eram taxados.

### **2.3 As mulheres na Universidade Livre de São Paulo**

Na documentação do Arquivo do Estado aparecem algumas pastas de mulheres que entre os anos de 1912 e 1917 requereram matrícula na Universidade Livre de São Paulo. Comparativamente, a documentação relativa às mulheres é bem menor que a dos homens. Contudo, esses pedidos expressam um momento de mudança do papel da mulher na sociedade paulistana, já que buscavam o ingresso no ensino superior e, conseqüentemente, exercer uma profissão, superando o papel de apenas mãe e esposa.

O documento transcrito a seguir é um requerimento de matrícula de Augusta Piedade para o curso preliminar:<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Documento n° 7 depositado no Arquivo do Estado de São Paulo, caixa número 8933, maço 8, pasta 3.



*A abaixo assinada, filha do Coronel Augusto Piedade e de Cândida de Macedo Piedade, natural deste Estado, com 17 annos de idade, desejando matricular-se no curso preliminar de medicina, vem perante V. Exa. requerer que vos digneis ordenar a referida matrícula para o que apresento os documentos exigidos e pede também que seja valido a certidão de idade constante da pública.*

*São Paulo, 12 de fevereiro de 1912*

Junto ao requerimento, encontra-se o recibo de pagamento de taxa de matrícula no curso básico da Escola de Medicina e Cirurgia, no valor de cinquenta mil réis. Conforme citado anteriormente, havia muita procura pelo curso preliminar, 318 só na primeira turma em 1912.

É interessante assinalar a presença na mesma pasta de atestado de idoneidade moral da requerente, tipo de declaração somente encontrada nas pastas das mulheres e que certamente se constituía em exigências para seu ingresso na Escola.<sup>34</sup>

Anexo à pasta, encontra-se ainda o atestado de vacina da Diretoria do Serviço Sanitário, comprovando a vacinação da requerente e sua boa condição de saúde, e comprovante do Gynasio Nacional certificando o término do curso secundário.

É importante ressaltar que neste período havia poucas escolas de nível secundário que aceitavam mulheres como alunas, o que pode explicar em parte o pequeno número de ingressantes no ensino superior, desde o século XIX. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Colégio Dom Pedro II somente a partir de 1922 abriu o acesso às mulheres.

---

<sup>34</sup> Documento encontrado na caixa número 8933, maço 8: declaração assinada por Spencer Vampré, lente catedrático da Universidade Livre de São Paulo, atestando conhecer Augusta Piedade e que a mesma tinha um excelente comportamento.

Na pesquisa realizada foram analisadas as pastas de treze mulheres requerentes de matrícula nos anos de 1912 a 1917 e a documentação apresenta certa regularidade, como podemos perceber nas transcrições abaixo:<sup>35</sup>

*A abaixo assignada, desejando prestar, na presente época, os exames de admissão à Escola de Medicina e Cirurgia, vem requerer a V. Exa. que se digne, à vista dos documentos inclusos, autorizar a sua inscrição em Physica e Chimica, História Natural, Geometria e Cosmografia.*

*São Paulo, 8 de fevereiro de 1917*

*Amélia Pacheco”*

*“A abaixo assignada, natural deste Estado, nascida em 19 de agosto de 1897, filha de Vicente Gonçalves Pacheco e de D. Maria Stella Pacheco, tendo prestado os exames de admissão que lhe faltavam vem pedir à V.Ex. que se digne autorizar a sua matrícula no 1º. anno da Escola de Medicina e Cirurgia, à vista dos documentos que já se encontram na secretaria da Universidade.*

*P. deferimento*

*Amélia Pacheco*

*São Paulo, 23 de março de 1917*

Esses documentos são comuns em quase todas as pastas encontradas no Arquivo do Estado<sup>36</sup> e mostram que as exigências para o ingresso eram rigorosas, mesmo se tratando de uma entidade privada. Percebe-se uma

---

<sup>35</sup> Foram pesquisadas as pastas de: Rita de Araújo Carvalho (1912); Odette dos Santos Nóra (1912); Mariângela Matarazzo (1914); Maria Rosa Ribeiro (1912); Amélia Pacheco (1917); Cecy Furquini Leite (1915); Azalia Machado (1916); Carmela Juliani (1917); Edméa Bertolotti (1917); Adelina de Oliveira (1912); Alferica do Prado Pastana (1916); Amália de Campos Barbosa (1912) e Rita Moura de Castro (1912).

<sup>36</sup> Existem nas caixas certificados de conclusão do ensino secundário em escolas renomadas, como o Mackenzie College: “Certifico que revendo o livro de Registro desta Eschola verifiquei que D.Amélia Pacheco foi allunna deste estabelecimento durante os annos de 1909 e 1910 tendo feito os exames finaes do curso secundário que versaram em Geographia, História do Brazil, Arithimetica, Álgebra,Portuguez, Francez, Inglez e Latim, sendo alcançados nesses exames a média geral de 8,15 na escala de 1 a 10” Caixa nº 25.

preocupação muito grande com a questão da saúde e da moral das mulheres que desejavam graduar-se em Medicina.

O que mais chamou a atenção foi que a maioria das requerentes não concluiu o curso de Medicina. Em algumas pastas estavam grafadas a palavra “Desistiu” ou “Arquive-se”. Das treze mulheres pesquisadas não encontrei maiores informações sobre quais seriam os motivos das desistências e de suas trajetórias posteriores à saída da Universidade Livre de São Paulo. Alguns detalhes foram localizados apenas em relação a três: Odette Nóra, Amélia Pacheco e Mariângela Matarazzo que, transferiu-se para o Rio de Janeiro no 5º ano e graduou-se lá.

A requerente Odette dos Santos Nóra entregou documentos para matrícula em 1º de Abril de 1912. Em 17 de fevereiro de 1913 requereu a devolução por ter se matriculado na Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, entidade oficial e cuja primeira turma é de 1913. Odette e Délia Fávero serão as primeiras mulheres a se formarem na escola oficial em 1918. O fato indica que a criação de uma escola oficial foi conflitante e trouxe problemas para a entidade particular: alunos e professores migraram para a Faculdade de Medicina estatal. No caso dos alunos, sem o ônus das mensalidades.

Amélia Pacheco também pediu restituição dos documentos entregues. Apesar de ter cursado o 1º ano de Medicina em 1917, no ano seguinte deixou a Universidade Livre de São Paulo (ANEXO 2). As trajetórias dessas mulheres serão analisadas no capítulo três.

Muitas dessas mulheres desistiam do curso de Medicina, provavelmente em razão da perspectiva de casamento, abandonando projeto de graduar-se numa profissão que exige dedicação, para os padrões do período, incompatível portanto com o papel tradicional de mãe e esposa.

Uma pasta com a documentação de Maria Rosa Ribeiro chama a atenção pelo fato de ter sido professora, ou seja, já exerceu uma profissão na época de seu ingresso, embora fosse uma profissão considerada como “extensão da função materna”.<sup>37</sup>

A requerente Maria Rosa Ribeiro matriculou-se no curso preliminar da Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade de São Paulo e depois apresentou requerimento para assistir as aulas do 1º ano. Mesmo tendo pagado as taxas e recebido despacho favorável do reitor, consta em sua pasta que a mesma desistiu e a documentação foi arquivada. Provavelmente essa moça, professora de um Grupo Escolar, não tenha conseguido manter seus estudos na instituição particular. Havia na época muitos alunos na condição de ouvintes, porém os livros de matrícula analisados não registram seus nomes.

Não há registro de que as mulheres matriculadas tenham obtido o título de doutoras na Universidade Livre de São Paulo. Na documentação pesquisada não constam informações sobre a diplomação de turmas da Escola de Medicina da entidade. A Universidade teve vida curta e fechou em 1917.

## **2.4. O fim da trajetória da Universidade Livre de São Paulo**

Com a criação da Faculdade de Medicina e Cirurgia pelo governo do Estado de São Paulo, em 1912, foi grande o número de matriculados no curso preparatório ao curso médico da Universidade Livre que não resultou em candidatos efetivos, o que trouxe problemas financeiros para a instituição. Segundo Cunha, a procura deste e de outros cursos não

---

<sup>37</sup> Requerimento que consta da caixa número 8944 no Arquivo do Estado de São Paulo sobre Maria Rosa Ribeiro: “Maria Rosa Ribeiro, professora do Grupo Escolar do Arouche, nascida em Minas Geraes a 26 de junho de 1881, filha de Benedicto Moreira e de Dona Ambrosina Rebello Moreira, desejando matricular-se no curso básico da Escola de Medicina vem, respeitosamente, perante V.Exa. requerer-vos, digneis ordenar a referida matrícula, para o que apresenta os documentos exigidos”.

correspondia ao esperado em razão do temor que havia de que os diplomas não fossem reconhecidos por equiparação federal.<sup>38</sup>

Muitas consultas foram realizadas pelo reitor Eduardo Guimarães ao presidente do Conselho Nacional de Ensino sobre a questão da validade dos diplomas. Apesar dos pareceres favoráveis, muitos graduados, principalmente os cirurgiões-dentistas, os mais numerosos, tiveram problemas, pois uma lei da Assembléia Estadual de São Paulo determinava que só poderiam exercer a odontologia os formados por faculdades oficiais. Em decorrência do conflito, diminuía cada vez mais o número de matrículas no estabelecimento o que levou a Universidade Livre de São Paulo a encerrar suas atividades em 1917.

Nas pesquisas realizadas no Arquivo do Estado encontrei várias cartas do reitor Eduardo Guimarães sobre as consultas feitas ao Conselho Superior de Ensino, não só sobre a questão da validade dos diplomas, mas também da falta de equiparação da entidade às escolas oficiais pelos órgãos competentes. Existem, ainda, muitas consultas sobre o assunto, todas com pareceres favoráveis, como podemos verificar nos trechos abaixo:

*Pelo Código de Ensino o Brasil adoptava o systema de ensino official, determinando, no seu art. 361, que aos estabelecimentos de ensino superior ou secundário, fundados pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por qualquer associação ou individuo, pudesse o Governo conceder os privilégios dos estabelecimentos congêneres federaes, provado que preencheram determinadas exigências desse Código.*

*Taes privilégios, sabem-no todos, consistiam em terem os diplomas scientificos, expedidos pela academias officiaes, a faculdade de habilitarem os seus portadores para o exercício de profissões*

---

<sup>38</sup> Cf. CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã: da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. 1ª edição Editora Civilização Brasileira, 1980. p. 206.

*liberaes, pois leis que ainda hoje vigoram, no paiz, regulam o exercicio dessas profissões.*

*Promulgada a Lei Orgânica do Ensino, foram supprimidos os privilégios dos institutos officiaes. Mas não se referindo essa lei aos institutos particulares, por não estar autorizada a tanto pela Lei n. 2536, de 31 de Dezembro de 1910, em que se baseou, e continuando de pé as leis reguladoras do exercicio das profissões liberaes, cujo objecto não podia ser regulado por uma lei meramente destinada a regularizar o ensino, é lógico que os diplomas expedidos pelos estabelecimentos particulares, que já haviam adquirido os privilégios legaes, continuaram a habilitar os seus portadores a exercerem as respectivas profissões. E como, de outro modo, a Lei Orgânica não revogou o art. 361 do Código de Ensino, que conferiu estes privilégios aos institutos particulares, uma vez preenchidos uns tantos requisitos, nada impedia que taes institutos, mesmo quando fundados na vigência da Lei Orgânica, pudessem gozar desses privilégios, desde que satisfizessem as exigências legaes.*

*Foi o que se deu com a Universidade de São Paulo, nascida nessa occasião.*

*Querendo, porem, satisfazer as exigências do Código de Ensino para obter o privilegio de expedir diplomas válidos para o exercicio de profissões liberaes, viu que taes exigências já não eram as mesmas do Código, pois a lei nova (Lei Orgânica do Ensino) implicitamente havia revogado essas exigências, substituindo-as a todas pela única que vem estabelecida no seu art.5, quando, depois de crear o Conselho Superior do Ensino, a elle transfere a função fiscalizadora do Estado em matéria de instrucção, antes pelo Código confiada a funcionarios especiaes, denominados fiscaes.*

*Dr. Eduardo Guimarães*

*Reitor da Universidade de São Paulo*

*(Ver Anexo 3)*<sup>39</sup>

A consulta feita ao Ministro da Justiça pela Universidade mostra que a mesma adquiriu o direito a expedir diplomas, baseado no artigo 361 do Código de Ensino, que a equipara às escolas oficiais, desde que a mesma fosse devidamente fiscalizada.

Fica, então, a dúvida, por que a instituição não teve seus diplomas reconhecidos? A Universidade foi fiscalizada no início das atividades e passou a expedir diplomas devidamente registrados nas repartições públicas federais, de modo a permitir que seus titulares pudessem exercer as respectivas profissões em todo o território nacional.<sup>40</sup>

No ano de 1915, o Decreto n. 11.530 de 18 de março, que reorganizou o ensino superior e o secundário, manteve a fiscalização do Conselho Superior de Ensino, que deveria realizar-se a partir do relatório de funcionários especiais, chamados inspetores, antes das entidades particulares receberem o direito de expedirem diplomas.

A entidade solicitou, logo que o decreto entrou em vigor, a presença de um fiscal. O Conselho, porém, não nomeou o devido inspetor. O registro dos diplomas estava legalmente habilitado conforme sentença dada por um juiz federal do Estado de São Paulo, sobre habeas-corpus requerido por formando da Universidade Livre de São Paulo como cirurgião-dentista, Hermeti Rigotti, que consta na documentação encontrada no Arquivo do Estado de São Paulo.

Diante desse parecer o reitor Eduardo Guimarães consultou juristas renomados, entre eles Manuel Pacheco Prates e Spencer Vampré, questionando a negativa do Conselho Superior do Ensino em fiscalizar a

---

<sup>39</sup> Documento encontrado no Arquivo do Estado de São Paulo na caixa n° 8460 registrada como Universidade de São Paulo – Medicina.

Universidade e solicitando, ainda, opiniões sobre recurso cabível na questão.

O jurista Spencer Vampré, “lente catedrático” daquela Universidade, assim respondeu:

*Respondendo à consulta, com que me honra, a respeito do parecer da Comissão do Conselho Superior do Ensino, negando fiscalização à Universidade de S.Paulo, venho dizer-lhe, muito brevemente, as razões por que reputo insustentável o mesmo parecer.*

*As escolas livres, como as da Universidade, por isso mesmo que são livres, só ficam sujeitas ao regimen das escolas officiaes depois da equiparação.*

*Exigir que se sujeitem ao regimen official, antes da equiparação, é plantar um regimen iníquo, e meramente aparente, pois só aos fiscoes cabe, e só a elles é possível, averiguar o funcionamento regular da Universidade, sob o ponto de vista econômico e didático.*

*O parecer da Comissão salienta discordâncias entre o regimento geral da Universidade e o Dec. n. 11.530 de 18 de Março de 1915 (Lei Maximiliano) para dahi tirar a absurda consequência de dever ser negada a fiscalização.*

*Por outro lado, a mesma Lei, no art. 30 letra K declara que compete ao Conselho Superior do Ensino “examinar o regimento interno de cada instituto, e exigir que seja modificado somente nos pontos em que se achar em desacordo com as disposições legislativas vigentes”.*

*A allegada divergência entre o regimento interno da Universidade e a Lei Maximiliano não constituiria, consequentemente, motivo para que o Conselho Superior negasse fiscalização, mas somente para que exigisse a modificação do regimento universitário nos pontos por ventura em divergencia com as leis vigentes.*



*O parecer é, pois, manifestamente insustentável, não só por ter sido dado contra disposição expressa das leis vigentes, como também por excesso manifesto das atribuições do próprio Conselho Superior do Ensino.*

*A Lei Maximiliano, no art. 28, declara que “o Conselho Superior do Ensino é órgão consultivo do Governo, e seu auxiliar imediato na fiscalização dos institutos officiaes e dos equiparados a estes”.*

*( A ) Spencer Vampré.(ANEXO 5)*

Pelo conteúdo do parecer, fica evidente que os problemas da Universidade Livre de São Paulo com o Conselho Superior do Ensino, que se negava a fiscalizar e equiparar a instituição, eram de caráter político. Na ocasião, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo já estava prestes a formar sua primeira turma. A entidade oficial gozava do apreço de políticos e dispunha de corpo de professores prestigiados, muito dos quais estrangeiros.

Como assinalado anteriormente, não existe bibliografia que trate dessa primeira Universidade de São Paulo de forma aprofundada. Na documentação consultada no Arquivo do Estado não há referência que aponte as razões para o término das atividades e se houve diplomação da primeira turma do curso de Medicina e Cirurgia iniciado em 1912.

## **2.5 – Breve histórico da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo**

A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, criada em 1912, implantou a primeira turma, em 1913, e contou naquele ano com a presença de apenas duas mulheres: Odette Nóra Azevedo e Delia Ferra Fávero, diplomadas em 1918. Primeira instituição oficial de ensino médico na cidade de São Paulo, a instituição foi incorporada à Universidade de São Paulo, em 1934, e é, ainda hoje, um dos mais significativos centros de pesquisa científica do país. Foi a primeira escola pública de ensino superior em São Paulo a permitir explicitamente o ingresso de mulheres em seu quadro de estudantes. Apesar do ingresso reduzido, apenas sete graduadas até o final da década de 1920, teve um papel relevante na inserção feminina no universo do ensino superior.

Com a proclamação da República, foi adotado o sistema federalista que permitiu aos estados maior autonomia para administrar suas finanças e São Paulo beneficiou-se com a possibilidade, inclusive, de maior arrecadação de impostos. Em relação à educação, a constituição de 1891, primeira da República, não tratou de questões específicas. Foi evasiva sobre o ensino elementar, atribuiu ao Poder Legislativo Federal responsabilidade sobre o ensino superior e permitiu instituições nos Estados. Algumas instituições de ensino federal foram tomadas como modelo por aquelas que desejavam ter seus diplomas reconhecidos em todo o país.

Márcia Regina Barros da Silva defende em sua tese de doutoramento que havia uma inadequação do projeto republicano ao considerar o desenvolvimento através da ciência como ponto de chegada, mas que na verdade foi a construção do ponto de partida. A autora ressalta, também, a ampliação dos temas da ciência na sociedade e a identificação de uma elite

especializada que era a representante que conduzia esse processo de modernização e progresso do país.<sup>41</sup>

A imprensa da época insistia muito na necessidade de uma política de incentivo à ciência e na formação do professor para garantir que a educação elementar melhorasse de qualidade. Para tanto, devia-se organizar, além da instrução popular, o ensino superior no Estado, como fica claro no artigo do jornal *O Estado de São Paulo*, de 11 de janeiro de 1890:

*O Estado de São Paulo precisa organizar o serviço de instrução primaria, secundaria e superior, pois já é notável pelas suas empresas industriaes, apontando como exemplo de commettimentos desta ordem, figurando nobremente entre outros pela iniciativa particular que o fez como Província salientar-se no império centralizado e asphyxiante, está no caso de cuidar hoje seriamente da instrucção, deve revelar a sua autonomia tomando a iniciativa na fundação de estabelecimentos importantes de ensino útil e na altura de seu progresso.*

Havia apelo grande para que se criasse uma Universidade em São Paulo e para tanto houve articulação política entre antigos partidos do Estado, como o Partido Republicano Paulista (PRP). O debate sobre a liberdade de ensino ou o oficialismo foi intenso durante a Constituinte e acabou gerando interpretações que permitiam o estabelecimento de instituições de ensino particular sem a fiscalização dos órgãos competentes do Estado, sendo apenas exigidas as condições de elementar moralidade: bons antecedentes e higiene com a ausência de moléstias contagiosas.<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> SILVA, Márcia Regina Barros da. **O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Historia: São Paulo, 2003.

<sup>42</sup> Cf. NADAI, Elza. **Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo 1891-1934)** Coleção Educar, São Paulo: Edições Loyola.

Idéias sobre a liberdade de ensino prevaleceram após muitas discussões entre os políticos paulistas quanto à competência do Estado na área de ensino. Aceita a posição de que o Estado deveria organizar o ensino superior, foi apresentado ao Congresso Estadual projeto que permitia ao mesmo subvencionar as entidades particulares.

Segundo Nadai, outro tema que ocupou os congressistas foi a natureza das escolas a serem criadas e a formulação de um “Projeto de Ensino Paulista”. Havia ainda a proposta de criar escolas que abrangessem todos os ramos do saber, desde a ciência pura como a matemática, até as aplicadas como medicina, veterinária, engenharia e comércio.<sup>43</sup>

O “Projeto de Ensino Superior” formulado pelos republicanos em São Paulo tinha, portanto, objetivos bastante definidos, em torno dos cursos que lhes interessavam: as Escolas Politécnica e Agrônômica, a Faculdade de Medicina, a Escola Normal Superior, juntamente com a Faculdade de Direito e a Escola de Farmácia. Para Nadai, estas instituições articulavam-se ao projeto de modernização da burguesia cafeeira e é nesse contexto que será instalada a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Antes da queda do primeiro presidente da República, Deodoro da Fonseca, previa-se que São Paulo instalaria a terceira Faculdade de Medicina do país. Com os acontecimentos políticos na capital da República e a deposição de Deodoro, a efetivação dessa instituição foi adiada. O

---

<sup>43</sup> “A comissão do Congresso estadual, encarregada de rever as leis de ensino superior, composta por Jaguaribe Filho, Celestino dos Santos e Francisco Coutinho, optou pela criação, em primeiro lugar, de uma Escola Agrícola-Veterinária. Reconhecia que a base econômica do Estado residia na agricultura de exportação, realizada ainda de uma forma empírica, sem método e de característica basicamente espoliativa. Uma escola superior com essa especialização auxiliaria a introdução de bases científicas na agricultura e desenvolveria a incipiente criação de gado. O modelo proposto inspirava-se em escolas da Holanda e da Suíça”. A preocupação maior do projeto centrava-se exatamente em atender a possível clientela que seria constituída pelos filhos dos grandes fazendeiros.” Cf. **NADAI, Elza. Ideologia do Progresso e Ensino Superior (1891-1934)** Coleção Educar, São Paulo: Edições Loyola. p. 37.

governo de São Paulo estava nas mãos de Américo Brasiliense que, deposto, cedeu o cargo para o vice-presidente José Alves de Cerqueira Cezar. A lei de Américo Brasiliense, professor da Faculdade de Direito, de 19 de 24 de novembro de 1891, criando a Faculdade de Medicina, deixou assim de ser sancionada. A desejada escola médica, não se efetivou durante as administrações estaduais até o governo de Rodrigues Alves, cujo secretário do Interior era Altino Arantes.<sup>44</sup>

Em 1912 o projeto foi retomado e em janeiro de 1913 Arnaldo Vieira de Carvalho recebeu a nomeação como diretor da nova instituição de ensino.

Arnaldo Vieira de Carvalho gozava de grande prestígio em São Paulo e todas as fontes consultadas são textuais em enaltecê-lo. Seu cargo era de cunho político sua ligação com partidos políticos favoráveis ao governo foram avais tão preciosos quanto a competência profissional para exercer a atribuição, considerando a relevância da Faculdade de Medicina para a cidade, a população e o grupo dirigente do período.

Neste sentido, Márcia Barros ilustra bem os interesses e a ideologia dos republicanos representados pela figura de Arnaldo Vieira de Carvalho:

*“Ele e a Faculdade de Medicina passaram a encarnar os princípios republicanos a partir dos quais se queria desenhar um futuro promissor para a saúde e para a medicina. Empreendia-se assim a construção de imagens de cientificidade e de credibilidade que passaram a integrar a cosmologia da medicina paulista. Ao mesmo tempo em que a Faculdade de Medicina figurava também como lugar de ascensão profissional, era espaço de contínua criação de*

---

<sup>44</sup> Após 21 anos já haviam se criado as faculdades no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais e no Paraná. A lei Rodrigues Alves foi sancionada em 19 de dezembro de 1912 com o registro no número 1357. No seu artigo primeiro estabeleceu que a “Academia de Medicina, Cirurgia e Farmácia”, criada pela lei número 19, de 24 de novembro de 1891, passaria a denominar-se Faculdade de Medicina e Cirurgia. Seu regulamento surgiu no ano seguinte pelo decreto 2344 de 21 de janeiro de 1913. Cf. **CAMPOS**, Ernesto de Souza, (org.). **História da Universidade de São Paulo**, 2 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, Edusp, São Paulo 1954.

*conhecimentos sobre os processos de saúde e doença, produzidos dentro dos contornos de uma ciência acadêmica. Assim foram integrados, dentro da Faculdade, os ideais de higiene e instrução tão de acordo com os princípios modernizadores do período final do século XIX, que ainda hoje não foram plenamente alcançados.”<sup>45</sup>*

As duas principais medidas adotadas por Arnaldo Vieira de Carvalho foram fundamentais para a organização da escola médica: promoveu sua implantação, ano a ano e com sua experiência contratou professores estrangeiros para a regência das cátedras.

No início não havia instalações próprias e Arnaldo recorreu à Escola de Comércio Álvares Penteado. Horácio Berlinck, antigo professor de Contabilidade da Escola Politécnica, afirma que o diretor foi muito incisivo ao reivindicar as salas daquele estabelecimento para a Faculdade de Medicina, que não teve como negar, tamanho o prestígio do diretor.

A Faculdade de Medicina iniciou suas atividades com professores escolhidos por Vieira de Carvalho, entre figuras de destaque na área médica em São Paulo. O curso foi direcionado à medicina experimental, com atividades clínicas e cirúrgicas, preocupado com a atualização do ensino, de modo a garantir prestígio e respeito à nova instituição.

Em 12 de fevereiro de 1913 ocorreram as primeiras nomeações de professores: Edmundo Xavier para a cátedra de física médica; Celestino Bourroul para substituto da 1<sup>a</sup>. secção (física médica e história natural médica); Rafael Penteado de Barros e Léo Lopes de Oliveira, respectivamente, para preparadores de física e de história natural. Em abril do mesmo ano, Aguiar Pupo foi designado para preparador de química e Guilherme Bastos Milward para catedrático de química. A aula inaugural

---

<sup>45</sup> Cf. SILVA, Márcia Regina Barros da. op. cit. p.204.

realizou-se no dia 2 de abril de 1913 com as presenças do secretário do Interior Altino Arantes, do secretário da presidência, Oscar Rodrigues Alves, de Arnaldo Vieira de Carvalho e Antônio Francisco de Paula Souza.

Os professores estrangeiros logo começaram a chegar: Emílio Brumpt, da Universidade de Paris, Alfonso Bovero que trabalhou na instituição por 20 anos, oriundo da Universidade de Turim; Lambert Mayer, de Nancy; Antonio Carini; Walter Habermeld, da Alemanha; Donati, da Itália, e mais tarde Samuel Taylor Darling e Wilson Smillie dos Estados Unidos.

Em seu segundo ano de funcionamento, foram nomeados como membros do corpo docente: Ovídio Pires de Campos, Sergio de Paiva Meira Filho, João Aguiar Pupo como substitutos. Como preparadores foram designados Benedito Montenegro, Geraldo de Paula Souza, Etheocles de Alcântara Gomes, Felinto Haberbeck Brandão e Aristides Guimarães.

Até completar-se a organização dos estudos do sexto ano outros professores foram contratados e alguns foram promovidos. A partir do quarto ano, estabeleceu-se convênio para atividades clínicas na Santa Casa de Misericórdia, onde permaneceram até a conclusão do Hospital das Clínicas, implantado no Centro Médico do planalto do Araçá.

A Faculdade de Medicina trouxe para São Paulo não apenas diplomados habilitados como também se caracterizou por aumentar a produção científica no meio médico paulista e nacional. Havia muitos debates na Sociedade de Medicina e Cirurgia no período pré-faculdade. Eram geralmente sem expressão científica, quase sempre em torno da clínica, sem os resultados significativos gerados pela experimentação e investigação original.

A literatura médica produzida localmente não trazia grandes horizontes, a ciência era incipiente e influenciada pelos europeus. Apesar de existir uma produção não muito estudada desde séculos anteriores, somente a partir do século XX haverá a expansão do campo científico. A Faculdade de Medicina contribuiu para mudar o quadro. Seus egressos formaram mais tarde outra escola médica, a Escola Paulista de Medicina, e forneceram o corpo docente para instituições em Sorocaba e em Ribeirão Preto. Na própria Faculdade os concursos para cátedra eram cada vez mais disputados pelos ex-alunos.

A primeira turma em 1913 foi bastante grande. Não havia limite, nem exame vestibular, somente prova de italiano. Registra-se a existência de irregularidades na expedição de certificados de aprovação nos exames preparatórios. Em decorrência, muitos inscritos não estavam suficientemente preparados. Portadores de diplomas por outras escolas superiores podiam inscrever-se com a simples apresentação do certificado.

Os resultados dos primeiros exames mostraram a precariedade na forma de ingresso. No caso de física e química pouquíssimos atingiram as médias exigidas gerando muitos protestos. Não houve reprovações, pois foram considerados critérios como frequência e o cômputo das médias. A aprovação não era por cadeiras e sim em conjunto. Os pontos a serem alcançados seriam no máximo de mil. Seiscentos podiam ser conseguidos durante o ano e quatrocentos no fim do curso, como resultado dos exames orais obrigatórios. Os alunos se rebelavam contra o sistema de notas da Faculdade, exigindo até a demissão de alguns professores. A Universidade Livre aproveitava-se desse momento conflituoso para incentivar a transferência dos rebeldes.

Depois de alguns anos como hóspede na Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina alojou-se em três prédios da rua Brigadeiro Tobias,



um deles situado na esquina com a ladeira de Santa Efigênia. Neste sobrado, que tinha sido residência da Marquesa de Santos, foram abrigadas as cátedras de anatomia patológica, microbiologia e histologia. As condições do edifício eram muito precárias, a escada de um pavimento ao outro, por exemplo, estava desgastada e apenas divisões de madeiras separavam uma sala da outra.

Nesse contexto, alguns alunos diplomados e com tese defendida perante a Congregação foram nomeados para compor o corpo docente na categoria de assistente, ou “preparador”, como se chamava na época, cabendo apenas a Flamínio Fávero a condição de professor.

A remuneração dos ingressantes não era compatível com o custo de vida. Ainda assim, muitos se dedicavam em tempo integral à Faculdade e os assistentes mantinham clínicas e outras atividades externas. Na mesma rua Brigadeiro Tobias instalaram-se a sede da administração e as cátedras, com exceção de Higiene, localizada em outro prédio, e Medicina Legal, iniciada na Santa Casa.

A direção da Faculdade promoveu a elaboração de um projeto para suas instalações, confiado ao arquiteto Francisco Paula Ramos de Azevedo, responsável por vários edifícios de São Paulo. Aprovado o plano, teve início a construção com a pedra fundamental sendo lançada no dia 25 de janeiro de 1919.

O projeto tinha cinco blocos, de dois pavimentos cada um, não era considerado como um projeto adequado e apresentava problemas: o bloco destinado aos museus das várias cátedras, por exemplo, perdia o valor como elemento de ensino, com a localização distante da sala de aula.

O primeiro pavilhão edificado foi o de Medicina Legal, atualmente Instituto Oscar Freire. A construção limitou-se a este bloco fazendo com

que as demais cátedras: anatomia normal e topográfica, microbiologia e anatomia patológica também ficassem no mesmo edifício.

## **2.6. A Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina e Cirurgia**

Para a ampliação das instalações da Faculdade de Medicina foram relevantes os acordos firmados com a Fundação Rockefeller que geraram um incentivo maior à pesquisa científica além de alterações na estrutura de ensino médico daquela instituição.

Os entendimentos com a Fundação Rockefeller para a construção da Faculdade começaram em 1916, objetivando a associação da pesquisa ao ensino. A história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina foram analisados por Marinho (2003), que destaca as implicações desses acordos para a implantação de padrões internacionais de pesquisa neste período em São Paulo.

O primeiro acordo firmado entre o governo do Estado e a Fundação Rockefeller para o preenchimento da cátedra de higiene, no sexto ano do curso de Medicina, foi assinado em 9 de fevereiro de 1918 e teve como articulador por parte da Fundação Rockefeller o professor Richard M. Pearce, diretor do departamento de Educação Médica da instituição. Este acordo foi o primeiro de vários entendimentos que culminaram na construção de mais laboratórios, no Centro Médico do Araçá.<sup>46</sup>

A intensa relação entre a Faculdade de Medicina e a Fundação Rockefeller ocorreu num contexto de influência dos norte-americanos no

---

<sup>46</sup> Em 1920, o segundo diretor Ovídio Pires de Campos, assinou novo contrato com a Fundação Rockefeller para o preenchimento da cátedra de Anatomia Patológica, que teve como professores, primeiro Oscar Klotz e depois Robert Archibald Lambert. Em 1921, novo contrato foi feito, desta vez com o diretor Edmundo Xavier, para promover a construção de novas instalações para a Faculdade. Cf. **CAMPOS**, Ernesto (org.) , **História da Universidade de São Paulo**, 2 ed., São Paulo:Editora da Universidade de São Paulo, Edusp, 1954.

ensino superior brasileiro e da intenção dos médicos-intelectuais de priorizar a higienização e a prevenção de doenças contagiosas. A ciência é vista neste momento como instrumento de modernização dos costumes e a política sanitária objetivaria a prevenção de doenças epidêmicas e uma melhoria nas condições sanitárias da população.

As primeiras sugestões da Fundação indicavam limitação do número de alunos, instituição do regime de tempo integral para as cadeiras de laboratório; construção de hospital próprio da Faculdade coligado com os laboratórios de ensino. Essas sugestões foram aceitas em março de 1922 e os dois representantes da Rockefeller regressaram aos Estados Unidos, possibilitando o envio de auxílio financeiro à Faculdade no valor de quatro mil contos de réis. Houve, então, um impasse por não ser possível transformar em lei as sugestões de Richard Pearce. Criou-se um conflito entre o Poder Legislativo e a direção da Faculdade e nem mesmo o novo diretor Lindenberg teve força e prestígio para resolver o impasse.

Após muitas controvérsias tiveram início os planos para a construção da Faculdade de Medicina, dentro de princípios bastante diversos dos que haviam sido adotados durante a administração de Arnaldo Vieira de Carvalho. O novo conceito para a sede da Faculdade foi resultado de longa viagem de estudos específicos, realizada por uma comissão da Faculdade financiada pela Fundação Rockefeller.

No dia do lançamento da pedra angular do edifício da administração e dos laboratórios em 25 de janeiro de 1928 o jornal O Estado de São Paulo deu a notícia sobre o projeto com destaque:

*Fato importantíssimo o início da construção do prédio da Faculdade de Medicina era dever nosso oferecer aos leitores informação minuciosa a respeito desse grande empreendimento. Por isso procuramos o Professor Ernesto de Souza Campos, que é autor do projeto da imponente edificação destinada a conter*

*todos os laboratórios, a administração e demais serviços gerais do estabelecimento, cuja primeira pedra será lançada hoje, à terra, com a solenidade dos grandes acontecimentos. Encontramo-lo no Escritório Técnico das obras novas da Faculdade de Medicina, à rua Melo Alves, 25, onde há quase dois anos estuda, medita e organiza o plano da nova escola.*

*Recebidos, com extrema gentileza, estava-nos reservada, para logo em seguida, impressão mais agradável ainda: achávamo-nos diante de um projeto grandiosamente concebido e, o que mais importa, estudado e ideado para as necessidades e as exigências do ensino médico em São Paulo. E com essa íntima satisfação iniciamos nossa tarefa de repórter, etc.etc..<sup>47</sup>*

---

<sup>47</sup> Cf. CAMPOS, Ernesto de Souza, (org.), **História da Universidade de São Paulo**, 2 ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 , Edusp, 1954. p.384.

### **CAPÍTULO III**

#### **AS TRAJETÓRIAS DE MULHERES MÉDICAS EM SÃO PAULO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

Para compreender o papel das mulheres médicas em São Paulo no início do século XX pesquisei a trajetória das alunas das duas instituições estudadas, a Universidade Livre de São Paulo e a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Ambas foram instaladas na década de 1910 e incluíram em seus estatutos a permissão para o ingresso de mulheres em seus cursos de Medicina.

Foi muito difícil localizar documentação sobre as mulheres que estudaram nestas instituições. No caso da Universidade Livre, consultei quatorze pastas no Arquivo do Estado de São Paulo com requerimentos de mulheres e encontrei informações sobre apenas três que se graduaram médicas.

Realizei pesquisas em instituições hospitalares como a: Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, o Hospital Emilio Ribas, Hospital Santa Catarina e Hospital São Paulo. Constatei que na época poucas mulheres médicas trabalharam nestas instituições. Conforme informações obtidas nas entidades, algumas poucas exerceram a função como voluntárias o que desobrigava o registro sobre suas atividades.

No Conselho Regional de Medicina de São Paulo (CREMESP) não constam os registros das profissionais do período. A orientação fornecida pela Bibliotecária do CREMESP, Dinaura Paulino Franco, foi de que deveria procurar informações no Museu da Faculdade de Medicina de São Paulo, o que evidentemente já vinha sendo feito desde o início da pesquisa.

Consultei o periódico da época *Revista Feminina* e encontrei o artigo “Mais uma doutora”, de dezembro de 1920 (ANEXO 5), que tratava da formatura de Mariângela Matarazzo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Nas edições de 1921 a 1923 encontram-se várias propagandas do consultório da médica que se especializou no atendimento de senhoras e crianças (ANEXO 6).

No Centro de Memória da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) estive com a responsável Márcia Regina Barros que me disponibilizou as revistas *Gazeta Clínica* e *Revista Médica* de São Paulo. Foram consultadas as edições de 1918 até 1929 da *Gazeta Clínica* e as edições de 1920 à 1922 da *Revista Médica*. Não encontrei nenhum artigo ou anúncio das médicas pesquisadas nestes periódicos.

No caso da Faculdade de Medicina e Cirurgia consegui através da sua Assessoria Acadêmica os históricos escolares das formandas até a turma de 1932, totalizando doze médicas. A Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi a primeira escola superior do Estado cujo regulamento permitia, explicitamente a presença de alunos de ambos os sexos. Segundo Nadai, no artigo 13 do regulamento interno da instituição havia essa permissão, assim como a reserva de 10% das vagas para a matrícula de alunos pobres “que tivessem as melhores notas de aprovação” como consta no artigo 175.<sup>48</sup>

Até o ano de 1930 foram apenas sete mulheres que se formaram na instituição. Na primeira turma, em 1918, havia duas: Odette Nora de Azevedo Antunes e Delia Ferraz Fávero, e ambas se casaram durante o curso com os colegas de turma Altino Arantes e Flamínio Fávero, respectivamente.

---

<sup>48</sup> NADAI, Elza. **Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo 1891-1934)** São Paulo: Coleção Educar, Edições Loyola.

Entre os formandos da primeira turma constavam sobrenomes como: Yasbek; Rolemberg, Harting, Del Nero, Basile, Patti; Rudge; Rocca; Orcesi; Grellet; Giudice e ao mesmo tempo havia os Tibiriçá; Pujol; Arantes; Toledo; Prestes; Souza Mursa; Costa Manso; Pinheiro Machado; Carvalho Franco; Abreu Sodré; Paula Dias; Azevedo Sodré; Cardoso de Almeida. Com o passar do tempo sobrenomes tradicionais cada vez mais se incorporaram à Faculdade de Medicina com a presença de membros da elite paulistana no seu quadro de alunos e docentes.

Para uma melhor compreensão dos dados levantados foram elaborados dois quadros o primeiro sobre a Universidade Livre de São Paulo, e outro da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, apresentados a seguir.





**Quadro de alunas do curso de Medicina da Universidade Livre de São Paulo de 1912 a 1917**

<b>Nome</b>	<b>Filiação</b>	<b>Curso Secundário</b>	<b>Data de Requerimento de Matrícula</b>	<b>Observações</b>
Mariângela Matarazzo	Luiz Matarazzo e Elisa Matarazzo		15/abr/1912	A aluna fez até o 5º ano nesta instituição e depois transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde graduou-se em 1920.
Augusta Piedade	Coronel Augusto Piedade e Cândida de Macedo Piedade	Gynasio Nacional	12/fev/1912	Consta somente requerimento de matrícula no Curso Preliminar
Maria Rosa Ribeiro	Benedito C. Moreira e Ambrosina Rebello Moreira	Professora	23/mar/1912	Matriculou-se no curso preliminar e desistiu do curso no 1º ano

<b>Nome</b>	<b>Filiação</b>	<b>Curso Secundário</b>	<b>Data de Requerimento de Matrícula</b>	<b>Observações</b>
Odette dos Santos Nóra	Januário dos Santos Nora Amélia Nóra		01/abr/1912	Solicitou entrega de sua documentação em 17/fev/1913 quando transferiu-se da Universidade Livre de São Paulo para Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo
Azalia Machado	Dr. Genevaldo G.Pereira Machado		12/fev/1916	Conforme registros requereu a devolução de seus documentos em 3 de janeiro de 1918
Adelina de Oliveira	Coronel Octaviano Augusto de Oliveira		Mar/1917	Consta carta atestando exemplar comportamento assinada pelo Juiz de Paz do Distrito da Mooca.

<b>Nome</b>	<b>Filiação</b>	<b>Curso Secundário</b>	<b>Data de Requerimento de Matrícula</b>	<b>Observações</b>
Amélia Pacheco	Vicente Gonçalves Pacheco e Maria Stella Pacheco		23/mar/1917	A aluna não terminou o 1º ano na instituição, transferindo-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de lá para a Faculdade de Medicina de São Paulo, onde graduou-se
Carmella Juliani	Domingos Juliani e Maria Juliani		5/jun/1917	Junto ao requerimento de matrícula no 1º ano consta atestado de bom comportamento civil e moral

**Fonte: Documentação encontrada no Arquivo do Estado de São Paulo**

O quadro permite algumas observações. 1. A maioria das requerentes de matrícula no curso de Medicina desta instituição não continuou seus estudos e a documentação não registra o motivo das desistências.

2. Das alunas pesquisadas apenas duas concluíram e se tornaram médicas: Amélia Pacheco que primeiro se transferiu para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e depois para a Faculdade de Medicina de São Paulo onde graduou-se na turma de 1923, especializando-se em pediatria. E Mariângela Matarazzo, que fez quase todo o curso na Universidade Livre de São Paulo, mas com seu fechamento em 1917 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde cursou novamente o 5º ano e graduou-se em 1920.

3. Outro ponto de destaque é a condição econômica das requerentes, oriundas, provavelmente, de classes privilegiadas da sociedade paulista, do meio rural e urbano, já que em algumas registros relativos aos pais constam títulos como coronel e doutor. 4. Algumas tinham cursado o Normal e eram professoras formadas. No caso da Faculdade de Medicina oficial a maioria das estudantes era professoras quando entraram no curso médico, conforme demonstrado na segunda tabela. Considerando que a Universidade Livre era uma entidade particular, casos como o de Maria Rosa Ribeiro, professora em exercício do magistério que desistiu após fazer apenas o curso preliminar, é de se supor que o fator financeiro tenha interferido no abandono.

**Quadro de alunas da Faculdade de Medicina de São Paulo nas décadas de 1910 a 1930**

<b>Nome</b>	<b>Data de Nascimento</b>	<b>Observações</b>	<b>Data da Colação de Grau</b>	<b>Tese defendida</b>	<b>Atuação Profissional</b>
Odette Nóra de Azevedo Antunes	4/out/1896	Curso Secundário Gymnasio Marcos Soares, em 1911	28/fev/ 1919	Contribuição ao estudo da leucocytose na pneumonia	Trabalhou na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e depois abandonou a carreira
Délia Ferraz Fávero	27/ago/1896		28/fev/1919	Semiologia da pupilla	Interna de Clinica Ophthalmologica
Carmen Escobar Pires	9/set/ 1898	Professor Normalista em 1914	2/abr/1921	Revisão da semiótica dos pleurizes	Atuou como obstetra e interna em Clinica Médica
Amélia Pacheco	19/ago/1897	Transferida da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro para o 2º ano desta Faculdade	22/mar/1924	Moléstia de Barlow	Clinica Pediátrica
Margarida de Camargo Barros	16/jun/1899	Professor Propedeutica – Gymnasio do Estado de São Paulo em 1921	07/abr/1927	Contribuição ao Estudo Clinico da encephalite epidemica	Clinica Psychiatrica

---

<b>Nome</b>	<b>Data de Nascimento</b>	<b>Observações</b>	<b>Data da Colação de Grau</b>	<b>Tese defendida</b>	<b>Atuação Profissional</b>
Diva de Andrade	18/nov/1898	Professor Propedeuta – Gymnasio do Estado de São Paulo em 1921	11/mai/1928	Contribuição para o estudo da ação pharmacodynamica do ferro	Pharmacologia
Estellita Ribas	31/dez/ 1897	Professor Propedeuta – Gymnasio do Estado de São Paulo	11/jan/1928	Exame pré-nupcial	Hygiene
Leonor Sanches Louzada	25/abr/1904		12/abr/1930	Pressão arterial em Obstetrícia	Clinica Obstétrica
Ophelia dos Santos	12/mai/1906	Professor – Gymnasio do Estado de São Paulo em 1924	24/jan/1931	Anesthesia Geral pela Avertina	Clinica Cirúrgica
Maria das Dores Xavier de Campos	27/set/1893	Professor– Gymnasio do Estado de São Paulo em 1923	6/mai/1931	Traumatismos do parto e do systema nervoso central	Clinica Obstétrica
Jandyra Planet do Amaral	3/set/1905	Curso secundário do Gymnasio do Estado de São Paulo	4/mai/1932	Dissociação de Neisserias Intracellularis	Trabalhou por 45 anos no Instituto Butantã de 1931 a 1975
Elza Rejane de Aguiar			4/mai/1932		Clinicou como Obstetra

**Fonte: Históricos Escolares da Faculdade de Medicina de São Paulo (ANEXO 8)**

### 3.1. Mulheres médicas no início do século XX

#### Mariângela Matarazzo

Mariângela Matarazzo, filha do industrial Luiz Matarazzo e Elisa Matarazzo, entrou para o curso de Medicina da Universidade Livre de São Paulo em 1912. Coursou até o 5º ano naquela entidade particular. Em 1917 transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro onde cursou novamente o 5º ano em razão do encerramento das atividades da Universidade Livre de São Paulo.

Formou-se em 1920 e foi tema de uma reportagem da *Revista Feminina* que ressaltou a presença de mulheres nas escolas superiores e não apenas nas Escolas Normais: “A jurisprudência e a medicina tem chamado a si inúmeros talentos, em cujos cursos se têm distinguido pela sua competência e brilho”, ressaltou o periódico<sup>49</sup>. Nascida em 22 de julho de 1898 formou-se médica aos 21 anos de idade, com distinção em duas cadeiras e plenamente em outras duas.

Durante o tempo de estudante, foi assistente assídua do hospital da Universidade, dedicando-se ao tratamento de moléstias das senhoras e crianças. Recebeu vários elogios de seus professores, não faltou em nenhuma das aulas, principalmente do Dr. Brunetti, por trabalhos apresentados no Hospital Pereira Barreto (*REVISTA FEMININA*: 1920).

Ao pesquisar nas edições da *Revista Feminina* encontrei propagandas da Doutora Matarazzo, como era conhecida, publicadas em novembro e dezembro de 1921. Mariângela exerceu a medicina atendendo senhoras e crianças em seu consultório, na Rua Quintino Bocayuva, e em sua residência, na Avenida Celso Garcia, em São Paulo, capital.

---

<sup>49</sup> *Revista Feminina*, edição de dezembro de 1920. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.

Apesar da origem abastada, Mariângela Matarazzo fez uma trajetória profissional incomum para as mulheres do período. Clinicou na especialidade de obstetrícia e pediatria, em contato permanente com mulheres. Assim como as médicas paulistas pesquisadas, não se envolveu em movimentos feministas e não há registros de conflitos com colegas médicos, restringindo-se a uma atuação que encontrava respaldo na clientela feminina da época.



Odette Nora de Azevedo Antunes  
Acervo do Museu da Faculdade de Medicina de São Paulo

### **Odette Nóra de Azevedo Antunes**

Odette Nóra de Azevedo Antunes nasceu em Barra Mansa estado do Rio de Janeiro em 04 de outubro de 1896 filha do Dr. Januário dos Santos Nóra e Amélia Avídos Nóra. Fez seu curso secundário no Gynásio Macedo Soares onde se formou em primeiro lugar. Foi, junto com Delia Ferraz, uma das primeiras alunas da primeira turma de Medicina da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Iniciou os estudos em 1913 e graduou-se em 1918 com a tese *Contribuição ao Estudo da Leucocytose na Pneumonia*.



Segundo documentação pesquisada no Museu Prof. Carlos da Silva Lacaz, da Faculdade de Medicina da USP, a primeira turma de médicos só teve sua cerimônia de formatura em 1919, devido a epidemia de gripe espanhola que assolava São Paulo no período.

Casou-se em dezembro de 1917 com seu colega de turma Altino Augusto Azevedo Antunes. Criaram 3 filhos, Fernando, Luis e Arnaldo, dos oitos que tiveram (MUSEU DA FMUSP).

A documentação mostra que as atividades de mãe e esposa limitaram sua carreira como médica. Odette trabalhou alguns anos na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo na enfermagem do Dr. Ovídio Pires de Campos como voluntária, mas teria abandonado o exercício da medicina poucos anos após sua graduação. Faleceu em 21 de julho de 1982 deixando 12 netos e 7 bisnetos ( ANEXO 7 ).



Formandos de 1918 da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo  
No destaque Odette Nóra de Azevedo Antunes e Delia Ferraz Fávero



Délia Ferraz Fávero – Acervo do Museu da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo

## **Délia Ferraz Fávero**

Délia Ferraz nasceu em 27 de agosto de 1896 filha do Dr. Bento Ferraz e de Elisa de Andrade Ferraz em Poços de Caldas, Minas Gerais. Ingressou na Faculdade de Medicina e Cirurgia na primeira turma em 1914, transferida da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Durante o curso de Medicina casou-se com seu colega de turma Flamínio Fávero, que se tornou professor da instituição alguns anos após a formatura em 1918.

Defendeu tese em 21 de fevereiro de 1919 intitulada Semiologia da Pupilla e atuou como interna em Clínica Oftalmológica. Segundo informações da Coordenadoria do Museu da Faculdade de Medicina de São Paulo (FMUSP), Délia Ferraz Fávero abandonou a carreira médica para dedicar-se à família. Faleceu em 20 de junho de 1982 deixando 4 filhos e 8 netos.



Formandos de 1920 da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo  
No destaque Carmen Escobar Pires

## **Carmen Escobar Pires**

Única mulher a se formar na turma de 1920 da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, Carmen Escobar Pires, nascida em 1897 e falecida em 1984, especializou-se em Cirurgia Obstétrica e foi professora de Medicina ao longo de sua trajetória profissional.<sup>50</sup>

Prestou serviços médicos à Associação Evangélica Beneficente por mais de 30 anos, chegando a presidente da Associação Paulista de Medicina e do Colégio de Cirurgiões do Brasil.

---

<sup>50</sup> Informações obtidas pela Internet no site de busca do Google pesquisado em setembro de 2005.

Teve uma intensa participação na Igreja Presbiteriana ocupando inclusive o cargo de diaconisa na 1ª Igreja Presbiteriana Independente em São Paulo.

Em agosto de 1965 ocupou o cargo de Assistente Adjunto do então criado Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Associação Evangélica Beneficente e foi também uma das primeiras deputadas estaduais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.



Jandyra Planet do Amaral aos 70 anos  
aposentada – acervo pessoal

## **Jandyra Planet do Amaral**

Graduada em 1931 pela Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo Jandyra Planet do Amaral, filha de João Tiburcio Planet e Tereza Gioia Planet, defendeu sua tese sobre o tema “Dissociação de Neisserias Intracellularis” em 1932. Trabalhou por 45 anos no Instituto Butantã tendo iniciado sua carreira como estagiária em 1931, quando cursava o sexto ano de medicina.

Nascida em setembro de 1905, Jandyra Planet Amaral vive atualmente com sua filha Jandira. Por questões de saúde, não se encontra em condições de falar sobre sua trajetória profissional. Foi uma das primeiras mulheres a desenvolver uma carreira científica em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

Em contato com a filha, pude conhecer alguns detalhes de sua vida profissional e analisar alguns documentos guardados pela família, referentes à sua trajetória no Instituto Butantan interrompida pela aposentadoria compulsória aos 70 anos, em 1975.

Diferentemente da maioria das mulheres médicas pesquisadas Jandyra não tinha intenção de se formar professora, ao contrário de suas irmãs que cursaram o Normal e exerceram o magistério. Terminou seu curso primário no primeiro grupo experimental de São Paulo, o Grupo Escolar São Joaquim, e depois cursou o secundário em escola particular. Apesar de não querer seguir o magistério, não deixou de estudar. Prestou exame de admissão para a Escola Normal e foi reprovada. A partir daí, decidiu fazer o curso preparatório para entrar na Faculdade de Medicina. Junto com o irmão Nelson Planet foi aprovada e iniciou estudos em 1926. Filha de descendentes de franceses e italianos o pai de Jandyra, João Planet, foi Diretor Geral do Correio em São Paulo e mantinha uma agência em sua residência onde ela trabalhou vendendo selos até se formar. Casou-se em 1934, já formada, e teve dois filhos. Trabalhou por 45 anos no Instituto Butantan. Algumas informações sobre o Instituto poderão contextualizar sua atuação na instituição.

A trajetória do Butantan possui duas fases significativas, segundo alguns estudiosos<sup>51</sup>. A primeira vai da sua fundação até 1914. São

---

<sup>51</sup> Cf. **BENCHIMOL**, Jaime Larry e **TEIXEIRA**, Luiz Antonio. **Cobras e lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ/FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

considerados anos heróicos da instituição pela estrutura simplificada e pequeno número de funcionários. Apesar destas condições, o Instituto conseguiu desenvolver uma importante vertente de pesquisa em medicina tropical – o ofidismo – além de contribuir para a saúde pública com uma variada produção de imunizantes.

A segunda fase de sua história é quando o Butantan passa por reformas físicas, com ampliação de seu quadro de pessoal e a vinda de recursos estaduais, essa fase teria fim com a saída da direção de Vital Brasil em 1919.

Um momento de grandes transformações do Instituto ocorreu a partir de 1917, quando o Serviço Sanitário de São Paulo passou por uma reformulação e a instituição deixou de ser vista apenas como produtora de imunizantes para eventuais epidemias, e torna-se órgão de execução de ações de saúde pública.

A fundação do Butantan está ligada a um surto epidêmico de peste bubônica que aconteceu no Porto de Santos em 1899. A possibilidade deste surto se alastrar e afetar o comércio exterior do país levou o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo a convocar o Instituto Bacteriológico para propor ações higiênicas para a cidade. Para tanto, foram enviados para lá nomes como Adolfo Lutz e Oswaldo Cruz, e o cirurgião carioca Rodolpho Chapot Prévost, de grande prestígio na capital da República por ter operado duas irmãs xipófagas.

Diante da situação confirmada da peste o governo de São Paulo optou por criar um estabelecimento produtor de soros e vacinas antipestosos no Estado. Foi adquirida a fazenda Butantan para instalação do laboratório que seria ligado ao Instituto Bacteriológico e seu primeiro diretor foi Vital Brasil. Em 11 de junho de 1901 o Serviço Sanitário recebeu os primeiros tubos de soro antipestoso.

É significativo o fato de que o desenvolvimento do Butantan como produtor de soros tenha ocorrido independentemente do papel que as instituições estatais lhe atribuíam. Isso ficou claro na medida em que a lei que regulamentou sua desincompatibilização do Instituto Bacteriológico lhe imputava apenas a função de preparar imunizantes contra a peste bubônica. Mesmo com a reorganização do Serviço Sanitário paulista suas atribuições ainda se resumiam ao “ao preparo dos soros e das vacinas que a ciência e a prática tivessem sancionado”(BENCHIMOL, TEIXEIRA: 1993).

Apesar dessas limitações, suas atividades incorporavam a pesquisa, principalmente as relativas ao ofidismo. No programa de trabalho do diretor para o ano de 1912 isso fica evidente. Constavam as atividades relacionadas com a saúde pública, além da soroterapia: a divulgação escrita ou através de conferências dos resultados das pesquisas realizadas; o estudo da sistemática e biologia das serpentes do Brasil; da soroterapia antipeçonhenta; dos aracnídeos venenosos e de seus venenos; pesquisas sobre a histologia patológica destes envenenamentos e sobre insetos sugadores que interessassem a higiene (OLIVEIRA, 1980-81:18).<sup>52</sup>

A partir de 1931, quando foram criadas novas seções no Butantan, com maior apoio à microbiologia, Jandyra Amaral passou a integrar seus quadros e foi a primeira mulher contratada pela instituição.

Em sua atuação, Jandyra recebeu o apoio do marido, segundo relato da filha: “meu pai achava o máximo mamãe trabalhar fora, incentivava e ficava comigo e com meu irmão para isso”, enfatizou Jandirinha (forma carinhosa como a família se refere a filha de Jandyra Planet do Amaral). “Mamãe foi fazer um curso no Instituto Pasteur na França quando eu tinha oito anos, para trazer a vacina BCG para o Brasil. Ficou seis meses lá e

---

<sup>52</sup> Cf. OLIVEIRA, J.L. “Cronologia do Instituto Butantan: 1888-1981.” Memórias do Instituto Butantan. 44/45:11-79, 1980-81.



papai ficou com a gente sem problemas. Acho que mamãe pôde fazer sua carreira por conta do apoio de meu pai. Ela participava de congressos, ministrava palestras e ele sempre a acompanhava, muitas vezes eu também ia”<sup>53</sup>.

Em eventos sociais e profissionais, Carlos do Amaral participava em um meio eminentemente masculino formado pelos médicos, o pai era, o único homem nestas ocasiões, no meio das esposas de médicos, o que, pelo relato da filha, o deixava orgulhoso e muito a vontade. Comerciante de produtos farmacêuticos não se constrangia: “Todos os domingos os colegas médicos e suas esposas iam em casa para o almoço”.

Em outro ponto de seu relato Jandira destaca-a como esposa dedicada, que cuidava da casa e dos filhos não deixando que a vida profissional impedisse as tarefas domésticas. Levava a filha ao Instituto Butantan, após a escola. Nos finais de semana, quando precisava fiscalizar a vacinação dos cavalos, a família ficava na casa reservada para a diretoria.

Mulher ativa, desde jovem nadava no Clube São Paulo, em 1925, ou no rio Tietê. Ainda assim manteve seus compromissos como esposa e mãe. Segundo a filha, a opção por não clinicar, e sim trabalhar em laboratório, esteve ligada a essa escolha, pois acreditava que desse modo teria mais tempo para a casa e filhos o que seria difícil se atendesse a pacientes no consultório ou hospitais como colega de turma, Elza Reggiane de Aguiar, que trabalhou como obstetra após a graduação. ”Mamãe foi uma mulher à frente de seu tempo, acreditava na igualdade entre o homem e a mulher, mas era uma mulher que cozinhava, que chegou a lavar roupas na banheira lá de casa nos finais de semana, ela dava um jeito de fazer tudo”, afirmou sua filha<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Depoimento concedido em São Paulo em 04 de fevereiro de 2006.

<sup>54</sup> Depoimento concedido em São Paulo em 04 de fevereiro de 2006.

Questionada se a mãe teria sofrido discriminação durante a vida profissional ou como estudante de medicina, Jandirinha disse que, pelos relatos, em nenhum momento a mãe se sentiu discriminada ou constrangida apesar, de ser a única pesquisadora do Butantan quando iniciou sua carreira. Em relação ao curso de medicina, conta que o Prof. Alfonso Bovero, responsável pela cadeira de Anatomia, não permitia que as alunas assistissem às aulas por considerar que as mulheres não podiam ver um corpo nu diante dos outros homens. Portanto, ela e as colegas estudavam apenas pelos livros.

Em entrevista ao *O Estado de São Paulo* em 9 de novembro de 1975, quando se aposentou, Jandyra Planet do Amaral contou detalhes de sua vida e de sua trajetória de 45 anos de atuação em São Paulo. Falou sobre suas idéias, a carreira, que iniciou como estagiária, e chegou a diretoria do Butantã e também sobre o período de estudante na Faculdade de Medicina de São Paulo: “Em algumas aulas pediam que as mulheres se retirassem, principalmente na de anatomia. Uma vez, precisando da ajuda de um dos professores, fui à sua sala. Ele viu o meu nome e comentou: Ah! Você é irmã do Planet meu aluno, não? E eu respondi: não, eu sou sua aluna. Ele simplesmente não olhava para as mulheres, as alunas, e eu ainda sentava na primeira cadeira, justamente em frente à mesa do professor” ( ANEXO 9 ).

Em outros trechos da entrevista, Jandyra mostra que enfrentou esse e outros tabus para exercer a profissão: “fui a primeira mulher de nível universitário a entrar no Instituto Butantan. É um Instituto difícil para se dirigir e trabalhar. Fiz tudo o que pude. Iniciei a primeira grande vacinação contra difteria de São Paulo, a produção industrial de BCG, recebi prêmios sobre estudos e pesquisas, em trabalhos individuais ou equipe, sobre tuberculose, diarreia infantil e brucelose. Quando saí do Instituto deixei lá um maior número de mulheres trabalhando que homens (nível

universitário). Não foi porque me esforcei para isso. Mas porque o salário pago é geralmente muito baixo, normalmente não dá para sustentar a família, problema mais masculino que feminino. Na maioria das vezes a mulher não tem que sustentar a família e recebe para seu próprio gasto”<sup>55</sup>.

Os relatos coletados indicam que Jandyra não era uma feminista militante, como algumas mulheres que se tornaram conhecidas por lutarem pela igualdade entre homens e mulheres principalmente na década de 1930. Ela não se engajou em nenhum movimento durante sua trajetória, mas defendeu que a profissional deve ser avaliada pelo seu desempenho e competência e que o respeito conquistado foi alcançado pela capacidade, pessoal como enfatiza na entrevista: “A mulher que trabalha nunca pode conseguir esquecer a parte afetiva, ser mulher e mãe. E nem deve pensar única e exclusivamente em seu trabalho e no seu lar. Deve se cuidar, cuidar da aparência. Eu sempre fiz ginástica, ioga. E quebrei o pé quando estava com 60 anos, jogando bola ao cesto. Também fui uma das primeiras que tentou nadar em São Paulo, nos clubes. A gente tinha que usar uma saia de alpaca porque não podia mostrar o joelho”.

Ao reconstruir as trajetórias das mulheres médicas em São Paulo foi possível perceber o crescente envolvimento com a profissão. Mesmo em número reduzido, essas mulheres tiveram um papel importante no contexto político e cultural das primeiras décadas do século XX, pois provocaram as instituições onde trabalharam e reacomodaram os papéis tradicionais, inclusive familiares. Por outro lado, o contato com a documentação, e os relatos obtidos mostram ausência de engajamentos nos movimentos feministas organizados. As idéias e ações de Jandyra, por exemplo, são menos de uma feminista e mais de uma mulher com firmes aspirações

---

<sup>55</sup> Artigo publicado no *Estado de São Paulo* em 9 de novembro de 1975

profissionais pessoais e que acreditava também na condição de esposa e mãe, papéis femininos tradicionais.

Em outra entrevista à Folha de São Paulo de 25 de fevereiro de 1973, Jandyra discute a participação de mulheres na pesquisa científica: “Quando a mulher trabalha esquecendo que é mulher, sem levar em consideração o sexo a que pertence, ela é tão respeitada quanto qualquer homem e seu trabalho é igualmente considerado. Quando a mulher vai ombro a ombro com o homem, quando ela luta com espírito de igualdade, ela vence todos os obstáculos. Hoje as mulheres são cada vez mais respeitadas por seu trabalho. Lá fora elas podem ter uma vida normal, ser mãe e esposas, mas no trabalho elas devem arcar com as mesmas responsabilidades que os homens”.

Coerente com suas convicções, desenvolveu uma carreira de prestígio no Instituto Butantan reconhecida até hoje. Rigorosa, chegou a dirigir cerca de 800 funcionários no Instituto. É reconhecida por ter trazido a vacina BCG para São Paulo, recebeu vários prêmios e se especializou em Microbiologia e Saúde Pública. Jandyra trabalhou em laboratórios, pesquisando moléstias infecciosas, como difteria, tuberculose, diarreia.

Suas atividades no Instituto Butantã tiveram início em 1931, a partir daí ocupou vários cargos. Reproduzo a seguir as principais funções exercidas na carreira científica:

1931/1932/1933: **Estagiária**, Sub-seção de Soroterapia Anti-Bacteriana;

1934: **Assistente contratada**, Sub-seção de Soroterapia Anti-Bacteriana;

1935: **Assistente**, Sub-seção de Soroterapia Anti-Bacteriana e Anti-Tóxica;

1936: **Designada para substituir o Chefe da Seção;** Sub-seção de Soroterapia Anti-Tóxica;

1937: **Assistente Chefe Interina:** Seção de Imunologia Experimental e Soroterapia, Sub-seção de Aeróbios;

1938/1939: **Assistente Chefe Substituta,** Seção de Imunologia Experimental e Soroterapia – Sub-seção de Aeróbios;

1940: **Superintendência das seções de Imunologia e Bacteriologia e Serviços Auxiliares,** Seção de Imunologia Experimental e Soroterapia – 2º semestre, ( Meios de Cultura, Esterilização e Seção de Sangria );

1941/1942: **Chefe Substituta da Seção de Anaeróbios,** Seção de Imunologia Experimental e Soroterapia e Serviços Auxiliares.

1943: Serviço de Difteria.

1944: Seção de Bacteriologia e Difteria;

1945 ( a partir de ): **Chefe de Seção de Bacteriologia;**

1950: Essa seção passa a se chamar Divisão de Bacteriologia com os Setores de Vacinas Microbianas e Diagnóstico e Coleção de Culturas. Continua com a chefia dessa Divisão que é acrescida, em 1951, do Serviço de Controle de Produtos (esterilidade, inocuidade e pirogênio);

1953: **Substituta do Diretor durante impedimento** (período compreendido entre 23.10.1953 e 04.11.1953) . Torna-se a seguir substituta eventual do Diretor;

1961: As suas funções são acrescidas da **Chefia de Setor de Ampolamento de Produtos;**

1962: Permanece como substituta eventual do Diretor até Agosto;

1962: Essa Divisão passa a chamar-se Seção de Bacteriologia;

1968: Designada **Chefe Substituta** da Seção de Herpetologia;

1968: Assume a **Direção Geral** do Instituto Butantã e a **Presidência** do Fundo de Pesquisas do Instituto Butantan ;

1969: Paralelamente à **Diretoria Geral**, assume a **Diretoria da Divisão de Microbiologia e Imunologia**.

Paralelamente às atividades no Butantan, Jandyra participou da Revolução Constitucionalista de 1932 como membro da Cruz Vermelha. Fez diversos cursos, no Brasil, e no exterior: na França, no Instituto Pasteur, em 1958, e na Argentina no Instituto Nacional de Microbiologia “Carlos G. Malbran” em Buenos Aires em 1967. No Instituto Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, em 1971, trabalhou com estudos sobre a produção de vacina contra a cólera<sup>56</sup>.



Jandyra Planet do Amaral em seu aniversário de cem anos – 05/09/2005 (acervo pessoal)

---

<sup>56</sup> Na documentação pesquisada constam, ainda, as homenagens recebidas: em 1960 obteve diploma de sócio fundadora da Associação Brasileira de Médicas no Rio de Janeiro; carta de agradecimento pela acolhida no Instituto Butantan aos professores e alunos da Universidade Católica do Paraná, em abril de 1966; diploma de participação no Projeto Rondon em 1971; palestra conferida em Goiânia sob o tema “Capturar cobras e ensinar como se extrai o veneno das mesmas”; título de Personalidade do Ano de 1974 registrado em matéria do jornal Gazeta de Taboão da Serra de 13 de março de 1975; recebeu a Medalha Anchieta e o Diploma de Gratidão da cidade de São Paulo pela Câmara Municipal de São Paulo no dia 31 de janeiro de 1975; diploma de Amigo da Base Aérea de São Paulo em outubro de 1974 e Amiga da Marinha, além de homenagem do Rotary Club de São Paulo, em 1976, entre várias mulheres que se destacaram como personalidades em comemoração ao Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU em 1975.

A segunda mulher médica a trabalhar no Instituto Butantan foi Maria Brazil Esteves, neta de Vital Brasil e assistente de Jandyra Planet do Amaral que a incentivou a cursar medicina. Maria Brazil Esteves entrou no Butantan em 1944, atuando no serviço técnico. Nos anos 1950 trabalhava na Secção de Bacteriologia, enquanto cursava medicina na Escola Paulista de Medicina<sup>57</sup>.

É significativa a atuação dessas mulheres, médicas e pesquisadoras, na construção de espaços em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Numericamente, não foram muitas, mas são representativas de um momento de transformação da sociedade, assumindo e papéis que socialmente não lhe eram destinadas. Essas "vozes" devem ser estudadas e compreendidas ao se compor o quadro histórico da ciência e da educação em São Paulo.

---

<sup>57</sup> Dados obtidos no Departamento de Recursos Humanos do Instituto Butantan.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática dessa pesquisa teve por objetivo analisar as trajetórias de mulheres na medicina em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. O levantamento de dados realizado para analisar a presença feminina no campo médico revelou aspectos que não foram totalmente contemplados neste trabalho, pela escassez da documentação. Existem muitas questões que merecem aprofundamento. Nos acervos encontram-se documentos que levam a indagações e merecem análise e detalhamento. Os documentos sobre a Universidade Livre de São Paulo, por exemplo, não foram inteiramente explorados. A trajetória da instituição é significativa para a história da educação em São Paulo e seu curto período de existência pode levar a análises que ampliariam a compreensão de conexões entre a educação e a política da época resultando em estudos esclarecedores e significativos.

As mulheres que atuaram no campo médico neste momento não foram muitas, como demonstrado ao longo do trabalho. Pesquisar suas trajetórias foi uma tarefa árdua e nem sempre os acervos contêm as informações necessárias. A pesquisa não resultou em dados que pudessem dar grande visibilidade a estas trajetórias, tanto aquelas que cursaram a Universidade Livre de São Paulo como a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. O trabalho, porém, mostrou que as médicas, cuja atuação pude analisar, foram representativas do ambiente cultural e científico local. Entre as questões suscitadas durante a pesquisa; chamou a atenção o pouco engajamento em movimentos feministas organizados, na época em atividade, direcionados para reivindicações civis e políticas. Poucas exerceram a medicina, e as que trabalharam não fizeram desse exercício um espaço de militância.



A preocupação feminina em trabalhar com ciência também não foi detectada de forma consistente nas pesquisas. Com exceção de Jandyra Planet do Amaral, que escolheu deliberadamente trabalhar em laboratório por acreditar que esta função a permitiria conciliar suas atividades domésticas, as outras médicas atuaram em especialidades onde a presença feminina era mais “aceita” como pediatria e ginecologia.

Podemos concluir que os espaços femininos no campo médico em São Paulo foram abertos, no período, ainda que o número de médicas atuantes tenha sido pequeno. Elas participaram da construção de um campo em desenvolvimento no período e isso foi significativo. O fato de não estarem engajadas em reivindicações feministas não obscurece sua atuação pioneira em São Paulo, e demonstram que as mulheres no início do século XX abriram caminhos consolidados posteriormente.

Nenhuma pesquisa é exaustiva em sua temática. Muitas questões podem ser contempladas, outras pesquisas podem detalhar atuações daquelas cujos dados não foram levantadas. Desse modo, várias possibilidades se abrem para continuidade e aprofundamento. Esta dissertação é uma primeira sistematização e um mapeamento preliminar do tema, que espero retomar em uma tese de doutoramento, caminho que pretendo trilhar inspirada, inclusive, pelas trajetórias que analisei.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **FONTES PRIMÁRIAS:**

#### **Acervos Pesquisados:**

- 1.1** Arquivo do Estado de São Paulo (AESP): requerimentos de matrículas; atestado de saúde; atestado de idoneidade moral; certificados de curso secundário; provas; livros de matrículas; estatutos; regimento interno; cartas da Universidade Livre de São Paulo no período de 1911 a 1917 do curso de Medicina.
- 1.2** Museu Prof. Carlos da Silva Lacaz da Faculdade de Medicina da USP – Universidade São Paulo: teses defendidas pelas duas primeiras médicas graduadas na instituição em 1918; foto da colação de grau da primeira turma em 1918; anotações sobre a aluna Odette Nóra de Azevedo Antunes
- 1.3** Assessoria Acadêmica da Faculdade de Medicina da USP: histórico escolar das alunas graduadas de 1918 a 1932
- 1.4** Instituto Butantan: documentos sobre a vida funcional de Jandyra Planet do Amaral e Maria Brazil Esteves obtidos no Departamento de Recursos Humanos.

### **ANEXOS:**

- 1- Estatutos Primitivos da Universidade de São Paulo – 1911
- 2- Requerimento de Matrícula de Odette Nóra, recibos de taxas e solicitação de documentação

- 3- Consulta ao jurista Spencer Vampré feita pela Universidade Livre de São Paulo
- 4- Resposta do jurista Spencer Vampré ao reitor Eduardo Guimarães da Universidade Livre de São Paulo em 30 de julho de 1917
- 5- Artigo **Mais uma doutora** da *Revista Feminina* de dezembro de 1920 sobre Mariângela Matarazzo
- 6- Propaganda do Consultório da Dra, Mariângela Matarazzo
- 7- Extrato de documento encontrado em pasta de Odette Nora de Azevedo Antunes no museu da Faculdade de Medicina de São Paulo (FM – USP).
- 8- Vida Escolar das alunas graduadas em Medicina de 1918 a 1932 da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo
- 9- Artigo publicado no Jornal *O Estado de São Paulo* em 9 de novembro de 1975 sobre Jandyra Planet do Amaral

## **FONTES SECUNDÁRIAS:**

### **BIBLIOGRAFIA:**

**BENCHIMOL**, Jaime Larry e **TEIXEIRA**, Luiz Antonio. **Cobras e lagartos & outros bichos: uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantan**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ/FIOCRUZ/Casa de Oswaldo Cruz, 1993.

**BESSE**, Susan K., 1999: 183 in **BLAY**, Eva Alterman e **LANG**, Alice Beatriz da Silva Gordo, 2004.

**BESSE**, Susan K. **Modernizando a desigualdade; Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil 1914-1940**. Susan K. Besse; tradução de Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

**BLAY**, Eva Alterman e **LANG**, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP: horizontes que se abrem**. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004.

**BONADIO**, Maria Claudia. **Moda: costurando mulher e espaço público. Estudo sobre a sociabilidade feminina na cidade de São Paulo 1913-1929**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, (UNICAMP), dezembro, 2000.

**CAMPOS**, Ernesto de Souza (org.) – **História da Universidade de São Paulo**, 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, EDUSP, São Paulo, 1954.

**CRISTIANO DE SOUZA**, Maria Cecília C. **Crise Familiar e Contexto Social, São Paulo, 1890-1930.** Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

**CUNHA**, Luiz Antonio. **A Universidade Temporã: da Colônia à Era de Vargas.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.

**FOX KELLER**, Evelyn. **Reflections on Gender and Science.** In **LOPES**, Maria Margaret. **Aventureiras nas Ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil**, in Cadernos Pagu, Gênero, tecnologia e ciência: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 1998.

**HAHNER**, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**, trad. do inglês por Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Brasiliense, 1981.

**LOPES**, Maria Margaret, **“Aventureiras” nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil.** In Cadernos Pagu – Gênero, tecnologia e ciência: Publicação do PAGU, Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP: Campinas,SP, 1998.

**LUTZ**, Bertha, **A palavra da mulher no Legislativo Brasileiro; Discurso da Deputada Bertha Lutz na sua posse na Câmara dos Deputados**, Boletim da FBPF 2:7 (julho de 1936): 4.

**MALUF**, Marina e **MOTT**, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino** illus. In **SEVCENKO**, Nicolau (org.) e **NOVAIS**, Fernando A. (coord. geral da col.) et alii **História da Vida Privada no Brasil: República: da belle époque à era do rádio.** 5ª reimpr.

São Paulo: Companhia das Letras, 2004 (Coleção História da Vida Privada no Brasil, 3).

**MARINHO, Maria Gabriela S.M.C. Elites em Negociação: Breve História dos Acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931).** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

**MORANTZ-SANCHES, Regina. De “corpos” a “pessoas”: a atuação das pacientes através do julgamento da Dra. Mary Dixon Jones de 1892.** in Cadernos Pagu, Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Gênero, PAGU, UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

**MORSE, Richard. Formação Histórica de São Paulo. De comunidade à metrópole.** São Paulo: Difel, 1970.

**MOTT, Maria Lúcia. Gênero, medicina e filantropia: Maria Rennotte e as mulheres na construção da nação.** In Cadernos Pagu Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Gênero, PAGU, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

**MOURA, Maria Lacerda de . A mulher é uma degenerada? 3ª ed.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1929, p. 12.

**NADAI, Elza. Ideologia do Progresso e Ensino Superior (1891-1934).** Coleção Educar – São Paulo: Edições Loyola.

**NEEDEL, Jeffrey. Belle Époque Tropical Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

**RAGO, Elisabeth Juliska. “Dra. Francisca Prager Fróes e a saúde da mulher”. In Feminismo e Medicina na Bahia (1836-**

**1931).** Tese apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC: São Paulo, 2005.

**ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo ( 1918-1925),** Campinas, SP: Mercado das Letras: São Paulo:FAPESP, 2003.

**SADI, Afiz e FREITAS, Divaldo Gaspar de. O ensino médico em São Paulo anteriormente à Fundação da “Paulista”.** São Paulo, 1995.

**SCHPUN, Mônica Raisa – “A médica Carlota Pereira de Queiroz e seus colegas: amizades e relações profissionais num meio predominantemente masculino”.** Centre des Recherches sur lê Brésil Contemporain, École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS), Paris.

**SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

**SCHWARTZMAN, Simon. Formação da Comunidade Científica no Brasil.** São Paulo/Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional/Finep, 1979.

**SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Extático na Metrópole – São Paulo Sociedade e cultura nos frementes anos 20.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

**SILVA, Márcia Regina Barros da. O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História, São Paulo, 2003.

**SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.



## **REVISTAS E JORNAIS:**

Jornal *O Estado de São Paulo*: 11 de janeiro/ 1890 e 9 de novembro/  
1975

*Revista Feminina* – edições de 1920 a 1923.

Jornal *Folha de São Paulo* de 25 de fevereiro de 1973